



# Anais da Assembléia

N.º 26

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20

DE ABRIL DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 23.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1988  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Aribal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

A SRA. 1.<sup>a</sup> SECRETÁRIA - Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM N. 55/88

Curitiba, 11 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo Segundo, datado de 06 de novembro de 1987, ao Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrado em 26 de maio de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda, e o Município de Chopinzinho, objetivando a construção de prédio a ser destinado a Agência de Rendas local.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N. 56/88

Curitiba, 11 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, a inclusa cópia autêntica do Protocolo Regional subscrito entre os Governos dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e os Governos das províncias de Corrientes, Chaco, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fé (República Argentina), conforme a "Declaração de Paraná - Santa Fé", datada de 18 de março de 1988, da qual faz parte integrante, objetivando criar condições favoráveis para obtenção de desenvolvimento integrado na faixa e na região de fronteira, mediante promoção de atividades culturais, educativas, técnica-científicas, turísticas, de transporte e empresariais conjuntas, além de outras que especifica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 57/88

Curitiba, 12 de abril de 1988.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Termos de Revigoração ns. 001, 002, 003 e 004/88 - SETR, datados de 17 de março de 1988, aos Convênios ns. 001, 002, 003 e 004/87 - SETR, celebrados em 21 de julho de 1987 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e respectivamente os Municípios Campo Mourão, Apucarana, Paranaguá e Arapongas, objetivando ação conjunta no sentido de execução do "Balizamento Noturno" do aeroporto da sede dos mencionados Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 58/88

Curitiba, 12 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas, cópias autênticas de Convênios celebrados em 14.12.87, entre o Estado do Paraná, através da secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e os Municípios de Alto Piquiri, Jardim Alegre, Assis Chateaubriand, Céu Azul, Congonhinhas, Conselheiros Mairink, Corbélia, Guaraci, Juranda, Laranjeiras do Sul, São Mateus do Sul, Santa Amélia, Santo Antônio do Sudoeste e Tuneiras do Oeste, objetivando a implantação do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis - Leite de Soja e Sopas Cremosas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM N° 59/88

Curitiba, 12 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para referendo dessa Augusta Casa de Leis, os anexos orçamentos pró-

prios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, para o exercício de 1987, conforme Decreto n° 9.949, de 14 de janeiro de 1987.

Tal encaminhamento é feito no sentido de dar cumprimento ao contido no art. 5°, da Lei n° 8.426, de 08 de dezembro de 1986.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Ofícios:

Sob os n° DTL/71, 72, 73, 74 e 75/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n°:

280/84 - Do Senhor Deputado Germote Kirinus, que declara de Utilidade Pública a "Ordem Auxiliadora de Senhoras, da Comunidade Evangélica Luterana de Castro", com sede e foro no Município de Castro, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.748. Anote-se.- Archive-se.

266/87 - Do Senhor Deputado David Cheriegate, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Gabriel Manoel, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.749. Anote-se - Archive-se.

287/87 - Do Senhor Deputado Ferrari Júnior, que denomina de "Rodovia Tancredo Neves", a ligação entre o Município de Marialva e o Distrito de Aquidabã, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.750. Anote-se - Archive-se.

312/87 - Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Paulo Carneiro Ribeiro, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.751. Anote-se - Archive-se.

339/87 - Do Senhor Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a "Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Segredo", com sede e foro na localidade de Segredo, Distrito de Paz, Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.752. Anote-se - Archive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 086/88, que denomina "Rodovia Mário Ricciardi" a PR-457, trecho que liga o Município de São Pedro do Ivaí ao distrito de Marisa.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações de acordo com o disposto no § único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n° 116/86.

Sala das Sessões, em 20.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, que de acordo com o artigo 35 do Regimento Interno, seja constituída Comissão Geral da Assembleia Legislativa para:

- Ouvir o Presidente da COPEL Dr. Francisco Sibut Gomide, sobre a participação das empreiteiras e a suspensão da concorrência para construção da 2ª fase da Usina de Salto Segredo.

- Deliberar e tomar posição sobre o assunto no sentido de resguardar o interesse público.

- A reunião será realizada no dia 26 de abril, terça-feira, do ano de 1988 às 14:00 horas.

- A reunião da Comissão Geral será pública.

Sala das Sessões, em 20.04.88.

(a) PAULO FURIATTI

## JUSTIFICATIVA:

Como todos os meus nobres Pares sabem, a adição, através da Usina de Salto Segredo, de mais de 1.260 MW de capacidade ao parque gerador da COPEL em 1991, significará a certeza de continuidade de abastecimento de energia elétrica a todo o Paraná. No momento em que, no País, se multiplicam as advertências quanto a uma provável crise no suprimento de energia, o Paraná tem o mérito de, em vez de se alinhar com as cassandras, estar isto sim, trabalhando para evitar que os maus augúrios se materializem.

Como representante do povo, sinto-me no dever de manifestar-me sobre o assunto, que tem merecido destaque na imprensa nos últimos dias, solicitando esta Comissão Geral. Trata-se dos fatos relativos à concorrência aberta pela COPEL para a construção das obras civis principais do empreendimento.

No caso das obras civis principais de Salto Segredo, a COPEL estabeleceu, num dos itens do edital de concorrência, que não seriam aceitas propostas superiores a 18 bilhões de cruzados, equivalente a 170

milhões de dólares, ou seja, esse seria o valor máximo que a empresa teria condições de investir nessa etapa da construção.

Na abertura das propostas, porém, verificou-se, com surpresa, que todos os quatro consórcios de construtoras qualificados para licitação desobedeceram o edital cotando preços muito superiores ao limite fixado pela COPEL, o que suscita forte suspeita de ter havido acordo entre os licitantes.

O Consórcio liderado pela C.R. Almeida S.A., que apresentou o menor preço da concorrência, se propôs a executar a obra por nada menos que 28 bilhões de cruzados, ou 263 milhões de dólares, o que representava mais de 50% do limite estabelecido.

Diante disso, a COPEL resolveu, revogar a concorrência. Por sua vez, inconformada com a decisão, a CR Almeida, impetrou mandado de segurança, alegando que não seriam verdadeiros os motivos de interesse público defendidos pela COPEL.

Em função da gravidade dos fatos noticiados, é mister que este Poder ouça e inquiria o Presidente da COPEL, para que possamos democratizar a discussão, além de uma análise mais profunda sobre a ação dos cartéis que certamente será feita, proporcionando condições para que este Parlamento possa propor soluções que venham ao encontro do interesse público.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja solicitado à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa, que através do projeto de resolução, sejam alterados os vencimentos dos Deputados Estaduais, nas seguintes bases:

- A partir de maio de 1988, os Deputados Estaduais terão vencimentos equivalentes a 4 (quatro) vezes o valor referente ao total DAS - Direção e Assessoramento Superior.

- A verba de representação será igual a de Secretário de Estado, assim como seus reajustes.

- As despesas de gabinete e de viagens quando no exercício da função, serão pagas pela Assembleia Legislativa, nos moldes do Poder Executivo, através de prestação de contas.

Sala das Sessões, em 20.04.88.

(a) PAULO FURIATTI

Apoio: Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri e Haroldo Rodrigues Ferreira.

## JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo deve ser a caixa de ressonância da sociedade civil e como tal além de sua ação fiscalizadora deve

estar isento para que possa exercer esse papel. O papel democrático que lhe é reservado no entanto somente pode ser representado se tiver respaldo da opinião pública, se possuir apoio junto à população.

Dentro dessa ótica, nos últimos tempos a falta de discussão sobre os vencimentos do Deputado Estadual por parte dos próprios Deputados, sentimos que se estabeleceu uma profunda desconfiança do povo para com os Parlamentares, e o que é mais grave, para com os políticos de uma forma geral.

Diante disso, entendemos que é urgente que estabeleçamos uma nova forma de vencimentos que possa ser defendida com dignidade e transparência. Somente enfrentando o problema de forma democrática, aliando esta medida a outras profundamente necessárias como a reforma administrativa do Poder teremos condições de, a médio prazo, recuperar a credibilidade do Poder Legislativo que tão necessária se faz para a democracia.

Deixamos este requerimento como um ponto de partida, numa ação concreta de enfrentamento do problema, ou seja, reduzir os vencimentos dos parlamentares deixando claro no entanto, que a discussão poderá trazer soluções melhores e que estaremos abertos para toda e qualquer discussão que venha a modificar nossos vencimentos, desde que com a aprovação da opinião pública.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Etelvina Maria Amaral Gradowski, ocorrido nesta Cidade, na última semana.

A Excelentíssima Senhora Etelvina Gradowski, prematuramente desaparecida, deixa viúvo o doutor Ivan Gradowski, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, e 3 filhos: Simone, Gisele e Sérgio.

Partecente a tradicional família paranaense, seu passamento nos deixa um vazio que não será preenchido, justificando este voto de dor e saudade do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUER, ainda, que do exposto seja dado conhecimento à família enlutada na pessoa do Excelentíssimo Senhor Doutor Ivan Gradowski.

Sala das Sessões, em 20.04.88.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de regozijo, ao Prefeito Municipal de Ivatuba, Senhor Joaquim Adolfo Semprebom, pela passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, ocorrido em 15 de abril próximo passado.

Sala das Sessões, em 20.04.88.

(a) JOSÉ ALVES.

#### JUSTIFICATIVA:

Ao longo de 10 anos, Ivatuba vem desenvolvendo um trabalho de integração entre a comunidade e as instituições públicas e privadas, que discutem os problemas existentes, sempre em busca de melhores soluções, tendo como objetivo a conservação do solo através do sistema de microbacias.

O sentido de união demonstrado pelos envolvidos no trabalho e com os resultados obtidos, tornam Ivatuba o primeiro Município em âmbito nacional, a ter 100% de seu território rural preservado com práticas conservacionistas, e a região que tem a mais alta produtividade do Estado.

É por demonstrações de iniciativa, alto espírito público, largo descortínio e segura liderança, que rendemos as nossas homenagens ao Prefeito Municipal de Ivatuba, Senhor Joaquim Adolfo Semprebom.

Requer ainda, que do presente seja dada ciência ao homenageado e a toda a sua equipe administrativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Curitiba é propagandeada pelo País como a cidade bela, limpa, organizada. Esta imagem foi condensada num "slogan" político adotado pelo atual Prefeito, Roberto Requião de Mello e Silva, acrescentando de mais uma palavra de efeito: "Curitiba, bela e justa".

A beleza de uma cidade não é mérito apenas de seu Prefeito. É o resultado da somatória de vários fatores; entre eles, a dedicação e o sacrifício dos trabalhadores que, independentemente do clima trabalham arduamente na limpeza e na coleta do lixo. A justiça, por seu turno, não existirá enquanto os trabalhadores forem submetidos a tratamento desumano. A cidade poderá ser bela, mas não será justa enquanto os menores continuarem a perambular sem destino pelas suas ruas, enquanto os trabalhadores na limpeza forem tratados em regime de semi-escravidão, enfim, enquanto seus trabalhadores forem vítimas de qualquer discriminação.

O Jornal "O Estado do Paraná", edição de 16 de abril de 1988, página 13, publicou uma matéria intitulada "Varredoras sofreram violência e discriminação", na qual há sérias denúncias, solicitação de providências e apresentação de propostas.

Também tenho recebido em meu gabinete, trabalhadores deste setor, denunciando a falta de condição digna de trabalho, e falta de condições de higiene nos ambientes internos das empresas, destinados à alimentação e à troca de roupa. Além da falta de cumprimento de cláusulas no Acordo Coletivo de Trabalho, principalmente com a LIPATER.

Diante do exposto, este Parlamentar, no exercício do mandato, Requer, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião de Mello e Silva, DD. Prefeito de Curitiba, solicitando providências no sentido de resolver os problemas acima citados.

Requer, ainda, o envio de cópia do mesmo expediente ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação, Secretaria Municipal de Saúde, à Secretaria Estadual de Saúde, Departamento de Saúde Pública e ao Delegado Regional do Trabalho.

Sala das Sessões, em 20.04.88

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Ronaldo Costa Couto, Ministro do Gabinete Civil, ao Excelentíssimo Senhor Mailson da Nóbrega, Ministro da Fazenda, ao Excelentíssimo Senhor Iris Rezende, Ministro da Agricultura, ao Excelentíssimo Senhor João Batista Abreu, Ministro do Planejamento, ao Excelentíssimo Senhor Nelson Proença, Secretário Especial de Ação Comunitária, solicitando a urgente reconsideração da decisão que suspendeu a implantação do Programa de Apoio ao Bóia-Fria, hoje a cargo da Casa Civil da Presidência da República, SEAC que estava prevista para o corrente mês.

Sala das Sessões, em 20.04.88

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

O trabalhador "bóia-fria" (com uma população ativa de 800 mil neste Estado e de 4,5 milhões no País), que apesar de ser objeto de um trato tão desigual e em troca de um ganho que, às vezes, mal chega para a sua mera sobrevivência é o sustentáculo e o viabilizador de imensas e importantes culturas como as do algodão, café, cana de açúcar, citros e outras de maior significado para a economia da nação, reclama de há muito, um viver menos angustiado e alguma expectativa, pois o inominável quadro representado pelo seu atual dia-a-dia, todos sabem é incompatível com as condições humanas.

Preocupadas com tal absurda situação, lideranças dos Municípios de Apucarana, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Cascavel, Goioerê e Umuarama, iniciaram uma ingente luta com vistas à criação de um sistema que ordenasse e unisse essas comunidades para o fim de, aproveitamento o seu potencial, elas próprias alcancarem a sua emancipação e o seu resgate social, e esse sistema, se traduz, segundo pesquisas e avaliações, no que se convencionou chamar de "cooperativismo trabalhista integrado", o qual, por suas propostas (Máquina para beneficiar arroz, produção de fubá, farinhas de milho e de mandioca; fabricação de sabão, de móveis, confecção de roupas; instalação de setores hortigranjeiros e de consumo; construção de casas, creches etc), é o mais adequado e capaz de reverter o quadro que todos conhecemos.

A importância da consolidação de um programa dessa natureza, sobretudo para o governo que se vê a braços com inúmeros e insolúveis problemas sociais, é imensurável, já que não é segredo que os "inchacos" periféricos dos grandes centros outra coisa não é, que a busca ilusória desordenada e até insana dos trabalhadores informais do amanhã melhor que eles não têm em suas regiões de origem, nas quais eles devem ser fixados mediante um viver digno, pois é nessas regiões que estão suas raízes, seus relacionamentos sociais, sua cultura. É nelas afinal, que eles são gente.

Com a fomentação e o respaldo necessário, o "Cooperativismo trabalhista integrado", tornar-se-á num dos fatores mais preponderantes para o Governo impedir a repetição, no futuro de graves problemas como os recentes verificados no Estado do Rio de Janeiro, apenas para citarmos um exemplo.

Apoiar um programa de tal natureza, Senhor Presidente, é combater o mal na sua causa.

Por último, lembramos que as comunidades "Bóias-Frias", catalogadas de "bolsões de miséria", "dívida social", "nódoa do regime", e adjetivos outros, encerram grandes possibilidades de gerar recursos e de realizar tarefas, o que, acontecendo transforma-las-á de meras contempladoras de vitrines de lojas e de prateleiras de supermercados em componentes do universo daqueles que têm o poder de consumo. Deixadas como estão, poderão, inclusive (e já há registros a respeito), tornar-se em ameaça ao próprio patrimônio privado, já que a fome não se aplaca com conselhos, discursos e nem mesmo à força.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Paulino José Delazeri, no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, informações à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, sobre a legislação que regula-menta os aumentos e correções nos subsídios e variáveis dos Deputados Estaduais, bem como verbas de representação e assistência social.

Requer, ainda, informações sobre os gastos de custeio da Assembléia Legislativa, suas projeções, acompanhamentos de controle e prestações de contas.

Sala das Sessões, em 20.04.88

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de convites ao Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, Presidente, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica COPEL, e à Direção da empreiteira vencedora da concorrência pública para a construção de obras da Usina Hidrelétrica de Salto Segredo, para que compareçam a esta Casa, onde perante as Comissões Técnicas de Finanças e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, farão exposição detalhada aos Senhores Deputados, objetivando prestar esclarecimentos sobre o processo de participação das empreiteiras que se habilitaram à concorrência pública levada a efeito.

Outrossim, requer, que para atendimento aos convites, ora formulados, sejam designadas as datas de 26 e 27 de abril corrente, às 09:00 horas da manhã e, tendo por local o pequeno Plenário Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

Sala das Sessões, em 20.04.88.

(a) ACYR MEZZADRI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Este Deputado no uso de suas prerrogativas constitucionais, REQUER, após a manifestação do Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do artigo intitulado "Sentados no Baile", assinado pelo Jornalista Renato Schaitza e publicado pelo Jornal "O Estado do Paraná", em sua edição de 16 de abril de 1988, comentando, com maestria, a inconcebível delegação de poderes do Legislativo para o executivo, quando se votou a mensagem governamental cortando o pagamento da URP para o funcionalismo público.

Sala das Sessões, em 20.04.88.

(a) PEDRO TONELLI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 092/88

#### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica denominada Rodovia Prefeito Boleslau Sobota, a estrada F.V.002- que liga a sede do Município de Cruz Machado ao Distrito de Santana.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Através do presente plano de Lei, pretendemos prestar uma homenagem ao ilustre público, que dedicou sua vida para o engrandecimento da região e sem dúvida um dos filhos mais destacados do Município de Cruz Machado. Participante ativo em todos os momentos decisivos para a comunidade.

Entendemos que a homenagem póstuma que pretendemos seja concedida ao eminente cidadão e homem público que foi Boleslau Sobotta, a quem mantemos profundo respeito e admiração, obedece, temos certeza, todos os segmentos da sociedade da região de Cruz Machado.

Embora haja sido afastado do nosso convívio pelo falecimento ocorrido em 21 de janeiro de 1988, jamais deixará de viver no reconhecimento e na saudade de seus contemporâneos.

Nascido a 22 de abril de 1916, em Cruz Machado, sendo agricultor e comerciante por longos anos no Distrito de Santana.

Vereador em Cruz Machado, de 1956 a 1960.

Prefeito Municipal de Cruz Machado de 1961 a 1965.

A esse homem público, que sempre subiu e alcançou os seus mandatos através do voto livre e popular, pedimos desculpas para homenageá-lo, com a modesta designação de seu nome, na rodovia que liga a sede do Município de Cruz Machado ao Distrito de Santana.

#### PROJETO DE LEI Nº 093/88

#### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CORREIA DE FREITAS, com sede e foro no Distrito de Correia de Freitas, Município de Apucarana.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

#### JUSTIFICATIVA:



A entidade, a qual se pretende seja declarada de Utilidade Pública, é sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro Distrito de Correia de Freitas, Município de Apucarana.

Entre muitas de suas atividades, podemos destacar a de promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimos; proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar, através da integração de seus moradores; proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas.

A presente proposição encontra-se devidamente regulamentada com a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas concernentes à declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, consideramos justa a medida aqui proposta e esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Paulino José Delazeri. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Deputado Paulo Furiatti. Com a palavra por cinco minutos.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Poder Legislativo deve ser a caixa de ressonância da sociedade civil e como tal, além da sua ação fiscalizadora, deve estar isento para que possa exercer esse papel; o papel democrático que lhe é reservado, no entanto, somente pode ser representado se tiver respaldo da opinião pública e só é possível com apoio do povo.

Dentro desta ótica, parece-me que nos últimos tempos a falta de discussão entre nós, Deputados, nos nossos próprios vencimentos tem causado um desgaste profundo dos Parlamentares junto a população e o que é mais grave, um desgaste dos políticos de forma geral.

Diante disso, eu entendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que é urgente que estabeleçamos uma nova forma de vencimentos que possa ser defendida com dignidade e transparência.

Somente enfrentando este problema de forma democrática, transparente, lúcida, discutindo, é que nós poderemos recuperar a credibilidade do Poder Legislativo que é muito necessária para a própria democracia.

Estou entrando com um requerimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para que esta Assembléia aprove, para que a

Executiva, através de um projeto de resolução, altere os vencimentos dos Deputados Estaduais.

Claro que esta é uma proposta de partido. Apenas o discurso não revolve mais. São precisas medidas concretas.

Portanto, o nosso requerimento pede medidas já a partir do mês de maio deste ano de 1988.

O meu requerimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estabelece o salário que um Deputado deve receber. É claro, eu estabeleci aqui quatro vezes o DAS - Direção de Assessoramento Superior. Pode ser menos?

Estabeleci um ponto de partida para que isto venha, então, a estabelecer o nosso salário. Estabelece uma verba de representação igual a de um Secretário de Estado e estabelece que as despesas de gabinete e de viagens, quando no exercício da função, serão pagos pela Assembléia Legislativa, nos moldes do Poder Executivo, através de prestação de contas.

Eu acho, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que é uma medida que nós podemos aprovar, porque não há mais possibilidade de enfrentarmos a população, não há justificativa, principalmente porque, se de um lado os Deputados gastam na manutenção da sua atividade, de outro lado, eles recebem em moeda essa atividade numa pressuposição de que gastariam isso.

Isto não está, na minha opinião, correto.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixo aqui este requerimento, espero que os Senhores Deputados aprovem, para que nós possamos restabelecer a credibilidade do Poder Legislativo e cumprir o nosso papel de caixa de ressonância da sociedade, o papel democrático, o papel de fiscal do Executivo e mesmo do Judiciário.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado pela atenção e eu aguardo que os nossos colegas venham a aprovar esta medida; uma medida que na minha opinião vem ao encontro dos anseios e da vontade do povo.

Era isto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra ao Deputado José Rogério Carvalho. Com a palavra o Deputado José Rogério Carvalho por cinco minutos.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

Desde as eleições de 1970, no Brasil, cada pleito foi realizado sob os auspícios de uma legislação específica. Sempre, é claro, acompanhando os casuísmos convenientes ao momento político que percorriamos.

Não obstante, o nosso Código Eleitoral

nal, produzido e sancionado em 1967, ter sido o minimamente alterado, mantém todos os ranços do autoritarismo da época. Mas, o Calendário Eleitoral, jamais foi respeitado. A sua prática era determinada pelo momento do favoritismo do Partido oficial, sustentado na lei para mascarar o regime de ditadura militar.

Em 1982, a pretexto de desvincular-se a coincidência temporal das eleições regionais e municipais, patrocinadas à égide da vinculação partidária, artifício do casuismo legalizado que supostamente beneficiaria o PDS, o Partido Político melhor estruturado naquele contexto, determinou-se que o mandato dos Prefeitos e Vereadores eleitos seria de 06 anos, a vencer em março de 1989. Está claro e preciso que o novo pleito, a manter-se a tradição eleitoral pátria, realizar-se-ia em 15 de novembro de 1988.

Agora, às vésperas da renovação mandataria dos Municípios, pelos mais amplos como mais descontraídos objetivos que podem ser sintetizados, um grupo numeroso de Constituintes se articula no intuito de promoverem no campo das "Disposições Transitórias" da Constituição discutida, a prorrogação desses mandatos até 1989, sob a tutela, principalmente, dos seguintes argumentos: primeiro, alegam que a Nação resultaria saturada pela realização de três eleições, em três anos consecutivos; segundo, que o País não suportaria o ônus operacional de pleitos tão seguidos; finalmente, que a Constituinte obrigar-se-ia a interromper o trabalho de organização legislativa ordinária, em decorrência da necessária participação dos Deputados no curso desta Campanha. Enfim, o lema foi lançado: "prorrogação já!".

Por outro lado, informa o noticiário nacional que outro grupo de Constituintes pretende apresentar projeto de lei para apreciação em Regime de Urgência, para a realização no dia 15 de novembro de 1988, conforme se preconizou em 1982. É claro que, para os efeitos da adequação de interesses democráticos-partidários, ainda na fase das acomodações ideológicas ou interesseiras, os prazos de domicílio e filiação seriam encolhidos, restritos à metade: 6 meses de domicílio e 3 meses de filiação partidária, com as Convenções podendo realizar-se até 60 dias antes do pleito. Racional e, mais importante, praticável.

Em um País aonde a palavra democracia expressa mais e mais, os tons incontrastáveis do desejo popular de participar dos destinos de seus interesses locais, a realização do pleito, neste ano, mais do que salutar, consolidaria a vontade política de construir um regime que se decline, com respeito, ao mandamento da lei, e à soberania da vontade da Nação.

Nesta hora, nada ou ninguém, mais que a realização da consulta eleitoral programada na lei, pode contribuir para a verdadeira formação da democracia nacional, onde a discussão transparente dos problemas cotidianos tem contribuído de forma eficaz para a retificação de muitas desvirtudes de Governo, e às práticas administrativas mais consentâneas com os interesses e os anseios sociais. Basta de casuismo. A democracia, hoje, ordena que as eleições municipais marcadas para 1988, se realizem em 1988. Fora disto, é casuismo.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O País acordou com mais um assalto, todos os brasileiros e brasileiras sentiram nos seus bolsos mais um esvaziamento: de ontem para hoje, com a decretação de mais um aumento dos derivados de petróleo e de álcool. Mais uma vez ao estilo da Velha República, a Nova República, plagueia, e, na calada da noite, decreta o aumento dos derivados de petróleo e de álcool. A partir de hoje os brasileiros e brasileiras pagam 74 cruzados e 60 centavos por um litro de gasolina; 48 cruzados e 70 centavos por um litro de álcool; 34,60 por um litro de óleo diesel e a dona de casa tem que utilizar menos o seu fogão a gás porque o botijão de gás passou a 360 cruzados.

Também o leite está mais caro a partir de hoje; os remédios aumentaram na base de 15%, a inflação está disparando. O preço abusivo da água, o IPTU pagável em OTN, o preço elevado da energia elétrica e o Paraná é um dos grandes geradores da energia elétrica: até quando vamos agüentar, até quando a população brasileira vai agüentar esta situação.

Chegamos a esta Casa e o assunto não é outro senão os ganhos dos Senhores Deputados. De um lado, os Vereadores chiando porque tiveram seus salários diminuídos, de outro lado é a população chiando porque os políticos, os Deputados tiveram os seus salários aumentados. Os jornais estampam em manchetes, editoriais várias matérias a respeito deste assunto. E nós precisamos analisar esta situação. Nós precisamos parar para analisarmos a situação que enfrenta este País, para que possamos dar também a nossa contribuição de sacrifício a esta população, o mesmo sacrifício que pediu Sua Excelência o Governador ao funcionário público quando das suas reivindicações por melhorias salariais. E esta Casa não aprovou o aumento naquilo que desejavam os Senhores funcionários. No entanto



no dia seguinte esta Casa, a imprensa destaca, que os Deputados passam a ganhar mais.

O preço da popularidade da qual sou possuidor, e da qual eu me orgulho muito, me tem sido bastante pesada. As cobranças são as mais variadas e a gente até poderia destacar algumas daquelas que o povo nos cobra nas ruas: "Porque os Senhores ganham tanto? Por que eles precisam ganhar tanto assim? Por que tanta mordomia? Por que o sacrifício de muitos para o privilégio de poucos? São indagações e que nós ficamos numa situação difícil.

Confesso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é muito difícil e praticamente impossível uma explicação para as indagações que o povo nos faz - na rua, no nosso meio de comunicação onde nós trabalhamos. É uma situação realmente difícil. O povo quer que nós, Deputados, também demos um exemplo de moral, de sacrifício. Sacrifício como o próprio Governador tem pedido aos servidores públicos e agora, eles vão a mais um, porque os seus salários vão ser pagos atrasados porque alega a Secretaria de Estado da Administração que houve problemas técnicos e os pagamentos dos funcionários públicos vão ainda ficar atrasados também. No entanto, os pagamentos que eles têm que fazer da energia elétrica, da água, do IPTU, da prestação da casa própria esta não tem, contemplação, ou paga atrasado, ou paga em dia, ou paga com juros e correção monetária.

E nós estamos aí, sendo mancheteados pela imprensa com este aumento abusivo no pagamento dos Senhores Deputados. Por isso peço à Mesa Executiva desta Casa que tome alguma providência. Estou encaminhando à Mesa a exemplo do que faz o Deputado Paulo Furiatti, um requerimento, pedindo o congelamento dos salários dos Deputados com base no mês de março. Que pare ali como está para que a gente possa, dali para cá, passar a analisar até a proposta feita pelo Deputado Paulo Furiatti que, me parece, vem ao encontro também dos interesses de toda população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Lindolfo Júnior.

Solicito àqueles que estão nas galerias colocando as faixas no mural que, por determinação da Mesa Executiva, é proibida a colagem de cartazes no mesmo. Apenas que por deferência desta Presidência se quisessem estender em suas mãos, esta Presidência concorda. Muito obrigado pela compreensão.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Vimos para esta Casa de Leis com vontade, com o ideal de servir, e não de nos servirmos da política do tráfego de influências, e não para aumentarmos o nosso patrimônio.

Sempre tivemos conosco que todo aquele que entra na política e que depois vasculhado o seu imposto de renda, percebe-se que algo está errado, ou este determinado político não vem cumprindo com fidelidade as promessas nas suas reuniões, nas andanças, nos palanques.

Hoje, quando alguns Deputados falam em, evidentemente, propostas para o congelamento do subsídio dos Deputados, para a devolução daquilo que alguns Deputados recebem, é preciso que nós, legítimos representantes do povo, eleitos e ungidos, por que não, pelo voto popular, tenhamos o discernimento das nossas responsabilidades.

É claro que quando se congela a URP, ou quando se propõe uma negociação com cada uma das classes de servidores públicos que é, sem dúvida alguma, o sustentáculo de qualquer administração municipal, estadual ou federal, é preciso que emprestamos a nossa parcela de contribuição. Mas, mais do que isto Senhores Deputados, é preciso que se mude o modelo e o sistema neste País.

Filas enormes se aglomeram nos gabinetes em busca de assistência social.

Citaríamos o desespero do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que tem uma responsabilidade para com seus eleitores. O eleitor humilde, a família pobre, que vêm ao seu gabinete à procura de um tratamento, de remédios. E os Deputados que prestam esse serviço à comunidade, por certo ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Informo que seu tempo está encerrado. Tem trinta segundos para concluir.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - E o Deputado que presta assistência social, geralmente tem a sua conta estourada no BANESTADO, neste posto avançado que temos na Assembleia Legislativa.

Precisamos, Senhores Deputados, definir critérios, porque não se pode pagar auxílio-moradia no mesmo percentual de um Deputado que reside na Capital, de um Deputado que mora no Interior, Sudoeste, Noroeste do Estado. Porque ele já tem a sua residência em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que o seu tempo está encerrado, nobre Deputado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, voltaremos numa outra oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) No Grande Expediente, consulto a Deputada Irondi Pugliesi se fará uso do seu tempo. Com a palavra a Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, companheiros. (Lê):

"Filho da Mãe

Filho da Mãe

Filho não é só da Mãe

É também do Pai

É responsabilidade da sociedade e do Estado.

Será que a economia nacional foi jogada em situação de catástrofe iminente, por conta da incorporação dos direitos sociais ao texto constitucional, que ainda nem se encontra em vigência?

É o que esbraveja um setor de nossa sociedade que se imagina com poder para reter o ritmo da história e determinar o perfil social que teremos. Tem, sim esse setor, poder de dar muito volume à própria voz e multiplicá-la através de emissoras de rádio e televisão que cobrem todo o território nacional, apostando no convencimento pela repetição e no intimidamento pela ameaça esse setor ao invés de contribuir para a conscientização e o avanço das conquistas sociais, ao contrário, faz parte daqueles que historicamente impediram a marcha do povo na história.

No caso específico da ampliação da licença-maternidade, empresas vêm usando - não isolada, mas articuladamente - ações para que o movimento de mulheres recue em suas reivindicações. No município de Dobrada-SP, a usina e destilaria Lagoa Dourada e em Vitória-ES, as viagens Grande Vitória e Serrana, entre muitas empresas passam a exigir inclusive atestado de esterilidade, e declaração de ligadura de trompas, para admissão de mulheres.

O Banco Nacional do Norte, em Recife, ironicamente no Dia Internacional da Mulher, retirou as mulheres da fila de candidatos que se inscreviam para concurso.

O País tem uma dívida histórica na área dos direitos sociais femininos. No momento em que ocorre o reconhecimento desses direitos, a conquista é penalizada.

E o que falam os números?

Qual o impacto sobre a folha de salário dos direitos sociais aprovados, até agora, pela Assembléia Nacional Constituinte?

Para responder essa pergunta, a Confederação Nacional da Indústria, realizou pesquisa junto a 150 empresas de médio e grande porte no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que em-

pregam 425.184 trabalhadores.

Os resultados demonstraram que as reivindicações das mulheres trabalhadoras, e da classe trabalhadora em geral, acresceriam percentuais mínimos na folha de pagamento. A ampliação da licença maternidade acresceria em 0,97%, a licença paternidade custaria para a empresa somente 0,13% a mais, a instalação de creches acresceria 4,62%, enquanto que a redução da jornada de trabalho seria de 6,81%.

E estes dados foram calculados sobre a folha de salários, avaliando que estes gastos seriam referentes aos trabalhadores e o como custos globais das empresas, o que seria o correto e que diminuiria ainda mais os percentuais.

Analisando estes dados, percebemos um acréscimo mínimo na folha de pagamento em comparação aos benefícios sociais que isso traria, possibilitando até mesmo melhor desempenho do homem e da mulher trabalhadora, pai e mãe, respectivamente.

Ressaltamos assim que o baixo custo destes benefícios, provam a inteira viabilidade de nossas reivindicações: licença maternidade e paternidade, e creches.

É importante também analisar a receptividade do mercado de trabalho, quando se refere à utilização da mão-de-obra feminina.

Os dados revelam que as mulheres, apesar dos percalços, vem ingressando cada vez mais no mercado, ainda que casadas e mães.

Há significativamente incremento da participação feminina na PEA (População Economicamente Ativa). Em termos absolutos a presença da mulher no mercado de trabalho passou de 6 milhões em 1970, para 18,5 milhões, em 1985. Em números relativos nossa participação, nesse período, passou de 18,5 para 36,9%.

Em cada 10 mulheres que não têm filhos, 5 trabalham. Somente 4 entre cada 10 mães, estão no mercado de trabalho. Apesar disso, no processo produtivo global dos últimos 10 anos, a mulher mesmo casada e mãe - participa cada vez mais da PEA (População Economicamente Ativa), ocupando espaços abertos, na medida de suas necessidades e possibilidades. A presença desse contingente revela, por um lado, que a pressão para aumentar a renda familiar é mais forte do que as dificuldades ligadas à dupla jornada. Por outro lado, reflete mudança de atitudes, tanto na família, quanto por parte dos empregadores que vem demonstrando maior aceitação do trabalho da mulher casada e mãe.

É inegável que, independentemente do grau de pressão para complementar o orçamento corroído pela inflação, a mulher só consegue seu intento, porque o mercado é receptivo a sua demanda.

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) pesquisou o fluxo de mulheres no mercado de trabalho de São Paulo.

Em 1986 - No período de euforia do Plano Cruzado - o aumento da taxa de participação das mulheres na PEA (População Economicamente Ativa) foi de 6,9% enquanto a dos homens foi de 5,0%. Em 1987 - no momento de recessão - ocorreu fenômeno contrário. A taxa feminina cresceu somente 0,7% e a masculina 2,9%, demonstrando que as mulheres são incorporadas mais amplamente nos momentos de euforia. Encontram dificuldades bem maiores do que os homens nos períodos de crise (no caso, quatro vezes mais).

Os números também indicam, que as mulheres ainda participam da PEA (População Economicamente Ativa) muito mais como exército de reserva barata. Diante desse fato, a maternidade torna-se um fator secundário. As mulheres, enfim, não perdem emprego por excesso de direitos sociais (como querem fazer crer aos desavisados) mas porque são mão-de-obra de reserva!

Os fatos envolvidos na paternidade e na maternidade - gravidez, parto, aleitamento, cuidados com o bebê em sua chegada ao mundo - são, para os sensíveis, um milagre comovente da vida. Sob o ponto de vista econômico, há bem pouca poesia: A Paternidade e a Maternidade são exigências absolutamente imprescindíveis para a manutenção dos mecanismos produtivos da sociedade.

O que ocorre quanto o trabalhador e a trabalhadora têm um filho? Muito além das gratificações pessoais que possam conhecer, estão gerando novos braços para se incorporarem ao exército de mão-de-obra brasileira - tão benevolente que se constitui em uma das forças de trabalho mais baratas do mundo.

Através da maternidade e da paternidade, os trabalhadores não só conhecem novas alegrias e preocupações. Este é o único caminho pelo qual a mão-de-obra se reproduz como força de trabalho.

Aqueles que querem impor a esterilização às mulheres trabalhadoras, imaginam colocar seus próprios filhos no lugar dos operários, nas fábricas, nos andaimes das construções civis, nas oficinas, nos canteiros e nas usinas?

Para o desenvolvimento econômico de uma sociedade democrática, as licenças maternidade e paternidade, e as creches significam investimento social na preservação e na substituição, com melhor qualidade, da força de trabalho.

Defendemos que a maternidade é uma função social, e como tal deve ser amparada pelo Estado. O reconhecimento e a incorporação desse princípio à vida coleti-

va, é condição para uma sociedade política avançada, onde o crescimento saudável da criança e a formação do novo cidadão são um desafio para todos e não um simples problema individual da Mãe e do Pai.

A mulher não pode ser penalizada ao tornar-se mãe, nem em seu direito ao exercício da cidadania, nem em seu acesso ou permanência no mercado de trabalho.

A licença maternidade de 120 dias é um direito da criança, do novo cidadão que surge. Esta reivindicação foi tirada não da cabeça de poucas, mas de discussões femininas por todo o País.

O grande impulso a esta reivindicação, foi o 1º Encontro Nacional "A Mulher e as Leis Trabalhistas", ocorrido em novembro último, e que reuniu sindicalistas de mais de 100 categorias profissionais, de todas as regiões do País, e que portanto detinham alto grau de representatividade das mulheres trabalhadoras.

A criança tem direito a acompanhamento nos seus primeiros meses de vida. A licença-maternidade de 120 dias favorece o desenvolvimento da criança nesses primeiros meses, quando é importante facilitar as condições para a adaptação ao mundo e para o aleitamento.

E pasmem: É óbvio que a segurança da criança exige a presença do adulto. A Prefeitura Municipal de São Paulo declarou que, em 1984, morreram 1.000 crianças pequenas, sozinhas, vítimas de acidentes domésticos.

Apesar da falta de dados precisos, é evidente o alto custo econômico na área da saúde e da assistência social com o atendimento a crianças subnutridas, acidentadas, doentes, por falta de cuidados adequados.

A ampliação da licença-maternidade vai também se impondo diante de nossa realidade.

E a ampliação da licença-maternidade comprometerá o desempenho econômico das empresas?

Esta preocupação se dilui quando analisamos dados da pesquisa da Conferência Nacional da Indústria, que indica que mais 30 dias de licença maternidade terá o menor impacto sobre a folha salarial (0,09%) entre todos os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores.

E lembremos: Não é o empresário, mas a Previdência Social que pagará os 30 dias a mais para a mãe trabalhadora, pois proporcionalmente ao homem que trabalha, a mulher trabalhadora contribui mais para a previdência, face a preocupação com a maternidade principalmente.

Porque insistimos tanto nessas reivindicações? Porque podemos ter um Brasil diferente. Não no futuro, mas já no presente. Não podemos nos conformar com discri-

minação e injustiça que ainda persistem.

A maternidade tem dificultado o acesso ou a permanência da mulher no mercado de trabalho. Mulheres do Pará e do Amapá participando do simpósio sobre o trabalho da mulher na área tecnológica chegaram à conclusão de que as dificuldades profissionais encontradas para se enfrentar a maternidade são tantas, que nos leva a pensar que existe uma luta de opção entre ter filhos e exercer a profissão.

Precisamos mesmo garantir melhores condições de vida para todos.

Ora, diversos estudos confirmam que o número de filhos está associado à escolaridade da mãe e à renda mensal familiar. Portanto para a constituinte fica lançado o desafio histórico de assegurar distribuição efetiva da riqueza (Material e não-material) do País, isto implica valorização digna do trabalho, acesso de todos à educação, e melhoria da qualidade de vida coletiva.

A vida social está mudando e a Assembleia Nacional Constituinte, expressou e reconheceu essas mudanças no Projeto aprovado até agora.

Enfim, nós mulheres, desejamos a 2ª rodada de votações referente a essas disposições, para que tenhamos uma Constituição em harmonia com as exigências da vida do País, reconhecendo nossos atrasos e apontando avanços sociais.

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Nossa realidade convoca as mulheres brasileiras para a luta.

Acreditem

... o empresário que demite por causa dos 120 dias é aquele mesmo que até hoje não cumpriu a atual Lei de creche. E não sofreu nenhuma punição por isso.

... o empresário que anuncia trabalho para mulheres acima de 40/50 anos é o mesmo que exige "boa aparência".

... empresas se consideram no direito despedir mulheres pelo fato de casarem ou engravidarem.

... somente 53,4% das trabalhadoras têm carteira assinada.

... mulheres têm recebido salários menores do que os homens e são as primeiras demitidas nos momentos de crise.

As mulheres não perdem emprego por excesso de direitos sociais, mas porque são mão-de-obra de reserva!

Outro ponto polêmico é a licença paternidade. Por que defendemos o direito do pai permanecer ao lado do filho após o nascimento?

O pai tem direito a dar assistência a sua mulher e a seu filho, por ocasião do nascimento. Na votação em Plenário (com 67 contra a 28 obtensões) aprovaram, em 25 de fevereiro, a Emenda Alcení Guerra, as-

segurando esse direito.

Essa decisão deve ser consolidada na 2ª rodada de votação do texto Constitucional, como consequência do reconhecimento da função social da paternidade.

Precisamos dar nova dimensão à família.

As mulheres lutam por propostas fundamentais nesta área.

Queremos o conceito de família ampliado e estendido às uniões de fato.

Queremos transformações no interior do mundo doméstico. A história da família pode e deve avançar. A importância da presença paterna na vida do filho precisa ser reconhecida (mudando uma cultura machista) e legitimada (alterando-se uma ordem legal que não é intocável, que respalda e "justifica" a omissão masculina na criação de vínculos mais fortes com seus filhos). Enfim, os cuidados com os filhos devem ser compartilhados.

Lembramos que os primeiros textos aprovados pelas comissões temáticas já continham declarações de princípios, que as mulheres desejam ver incluídas na nova Constituição.

"O homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações, inclusive os de natureza doméstica e familiar..."

"A função social da maternidade, da paternidade e da família é valor fundamental".

"A Constituição da família, pelo casamento ou por união estável, é baseada na igualdade entre homem e mulher".

O processo constituinte não pode andar para trás!

O fortalecimento da família só ocorrerá com a criação de novas formas de relacionamento no seu interior, redistribuindo as tarefas domésticas de maneira mais igualitária.

É necessário reconhecer o direito da criança de ter a mãe e o pai nos seus primeiros dias de vida.

Acredite - no Brasil a licença-paternidade já existe! É princípio político elementar que os direitos, numa sociedade democrática, devem ser universais, isto é, estendido a todos os cidadãos.

Algumas instituições já reconhecem a licença-paternidade:

- PUC-SP - 1 semana, extensivo aos filhos adotivos.

- Banco do Brasil - 5 dias corridos

- Banco Central - 5 dias corridos

- Banco Regional de Brasília - 5 dias úteis

- Banerj - 8 dias corridos

- Universidade de Brasília - 1 semana

- Funcionalismo Estadual do Rio de Janeiro - 10 dias, conforme Projeto da Deputada Lúcia Arruda, aprovado pela Assembleia Legislativa daquele Estado, em 16 de

março passado.

- FEBEM - 3 dias
- SERPRO - 5 dias
- Funcionalismo Estadual de Goiás - 3 dias
- Bancos Estaduais de SP - 2 dias
- Eletricidade de SP - 2 dias ( e 120 dias de Licença-Maternidade).
- Categoria dos Bancários do Paraná- 3 dias

Portanto, é falsa a afirmação, espalhada pelos quatro cantos deste País, de que estender a Licença-Paternidade a todo trabalhador brasileiro será motivo de catástrofe econômica nacional.

Cálculos dos economistas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam o impacto da Licença-Paternidade sobre as folhas de salário: 0,13%. Uma "miçanga", na própria palavra do empresário João Donato, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Lembremos: Seria ainda inferior se o índice fosse calculado sobre o custo global da empresa!

Considerar que basta o único dia que a CLT assegura a pai-trabalhador na oportunidade do nascimento do filho é aceitar um preceito que institucionaliza o não-envolvimento paterno. Ao garantir somente um dia ao pai por ocasião do nascimento de seu filho, uma sociedade está declarando que o homem pouco tem com isso. Mesmo porque o abono desse dia é dado ao trabalhador mediante a apresentação da certidão de nascimento. A CLT não garante 1 dia para o pai ficar com seu filho, mas para cumprir a formalidade de registrá-lo.

Podemos concordar com isso?

Por que queremos creches para crianças de 0 a 6 anos?

A Creche- como espaço de educação e socialização - é um direito do cidadão-criança de 0 a 6 anos e opção da família. É dever do Estado e da sociedade investir no atendimento e formação de seus novos integrantes.

As limitadas e desatualizadas determinações da CLT - Legislação de 1943- não estão sendo cumpridas. A CLT torna os berçários obrigatórios para crianças até 6 meses em toda empresa com mais de 30 empregadas, discriminando boa parte das trabalhadoras e todos os trabalhadores-pais. Não existe, entretanto, fiscalização e as multas são tão irrisórias que as empresas preferem pagá-las a cumprir o que dispõe a Lei. Assim, essa determinação legal tem caído no vazio.

Um "jeitinho" de burlar a Lei é a multiplicação de "creches fantasmas", resultado de convênios mal-explicados, com creches que não podem ser usadas pelos filhos das trabalhadoras por estarem distantes do local de trabalho e moradia ou porque o horário de funcionamento da creche

não coincide com o horário de trabalho da mãe.

O impacto da creche sobre a folha salarial (4,82%) é alto (considerando-se os demais itens) pelo fato de se não estar cumprindo sequer a precária legislação vigente.

Temos a oportunidade histórica de criar uma legislação que venha a contribuir para nossa sociedade avançar, garantindo não só à mãe, mas também ao pai trabalhador, o direito à creche. Nossa cultura ainda vê a criação do filho como responsabilidade exclusiva da mãe.

Filho não é só da mãe, é também do pai.

A omissão e o silêncio do Estado e da sociedade com referência à educação da criança de zero a seis anos, tem que acabar!

Queremos ser contemporâneos de nosso tempo, no que ele tem de melhor. Analisando a situação de outros países no tocante à licença maternidade e paternidade, chegamos à conclusão de que a nossa luta por 120 dias é modesta se considerarmos as conquistas de outros países nesta área.

Por exemplo: Canadá e Suécia, a licença-maternidade é de 6 meses para a mãe e para o pai definirem a distribuição.

Alemanha: Licença-maternidade de 7 meses e meio com pagamento integral de salário.

Polônia: É permitido o pai, se a mãe concordar, licença remunerada de até 3 anos.

Itália: Licença-maternidade de 5 meses, com opção de licença suplementar.

Chile: Até no Chile de Pinochet, a licença-maternidade é de 4 meses e meio.

Percebemos que os países onde a população é mais organizada, maior participante da vida política do País, os avanços nesta área são marcantes.

No Brasil, temos hoje a possibilidade de mudar. As relações entre o homem e a mulher poderão se encaminhar rumo à maior igualdade. Esta tem sido a nossa luta e de todas as mulheres brasileiras.

Senhor Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, companheiros.

O presente pronunciamento que acabo de proferir foi elaborado com base em documento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em atendimento à solicitação dos movimentos organizados de mulheres brasileiras.

Como Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná e como Deputada, não poderia deixar de apresentar os dados que em nada diferem das reivindicações femininas paranaenses. A luta das mulheres do Paraná soma-se à luta das mulheres brasileiras, pela garantia da li-



cença-maternidade por 120 dias, licença-paternidade e creche. Tentamos despertar os Constituintes para a importância de se garantir as conquistas já conseguidas na elaboração da Carta Magna e que sejam referendadas na rodada de 24 votações.

Constituintes estaduais, tenham certeza de que nós mulheres paranaenses, estaremos atentas para garantir também avanços em consonância com a realidade de nosso Estado. Na força de sua consciência está a nossa conquista!"

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli, fazendo juízo ao seu tempo de 8 minutos e 30 segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Companheiros Parlamentares.

Certamente os que se encontram presentes hoje acompanhando a nossa sessão certamente terão a impressão que esse Parlamento progrediu. No ano passado quando assumimos parte deste Parlamento, uma das preocupações fundamentais era a transparência à população deste Poder porque a partir daí é que nós poderíamos, com toda certeza, constituir um Poder realmente confiável.

Neste dia, vários Parlamentares ocuparam a tribuna preocupados consigo mesmos e preocupados com a imagem deste Poder perante a população que nos elegeu, que nos paga e que certamente está nos acompanhando. E esta preocupação se manifesta de várias formas; um devolvendo o dinheiro de Deputado, outro apresentando um projeto alternativo, outro criticando, outro querendo que fique como está, enfim está aberto o debate político deste Parlamento e está aberta a discussão para que a sociedade conquiste a transparência e o conhecimento de todos os Poderes e não só do nosso.

É o que a gente está assistindo no dia-a-dia, aliás, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Partido dos Trabalhadores, com uma certa satisfação, a justa reação que repulsa a opinião pública diante também dos nossos salários. O número assusta, perto de um milhão de cruzados, e o que assusta mais é exatamente o anúncio

do reajuste no exato momento em que a nível se congela os ganhos dos servidores públicos federais, e aqui no Estado do Paraná se faz pior, se extingue a URP e não se estabelece nenhum parâmetro de reajuste para os servidores públicos estaduais.

Então esta repulsa, esta revolta é compreensível e é justa. E talvez no dia de hoje é de nós perguntarmos para nós mesmos: porque que não se coloca em discussão um projeto de resolução que já está em Regime de Urgência há três semanas. Que pelo menos congelava os nossos ganhos, os ganhos parlamentares a exemplo dos servidores públicos.

Porque que para uns se admite, se discute, se defende, se vota e se aprova que esteja congelado, e para os outros não? Quando que os recursos vêm da mesma fonte e são pessoas que têm os mesmos sentimentos morais, os mesmos sentimentos humanos, os mesmos sentimentos políticos. Por isso nesta data, é de se perguntar a todos, porque já temos alguns que já estão se sentindo mais preocupados, é de se perguntar a todos, por que que nós representantes e responsáveis por este Poder não puxamos à frente e vamos tomar medidas que darão exemplos a nós e aos demais Poderes para que nós, como fiscais e como juizes, possamos exigir dos outros Poderes a mesma coisa.

Como nós vamos explicar perante a população aonde grande parte, para não dizer a maioria, vive com um piso nacional de salários de 7.200 cruzados como que nós Parlamentares, justificamos 130 pisos nacionais por mês.

Não tem justificativa; por isso, talvez, a melhor forma seria a de nós trazer-mos a este Plenário, com cabeça fria analisarmos friamente, com decência, com justificativa, estabelecemos uma diferença menor, pelo menos.

Gostariamos também, que fôssemos discutir aqui, não só a questão dos salários parlamentares, outros privilégios injustificáveis também. No ano passado já discutíamos aqui, nesta Casa, que foi aliás, motivo de pancadaria, a extinção do FEPPA, que nos dá também, no futuro, o direito à uma aposentadoria injustificável. E outros privilégios que não têm justificção, porque a realidade lá fora é outra.

E estas perguntas todas, estas dúvidas, certamente, se nós não soubermos responder aqui neste Parlamento, nós do PT, do PDS, do PFL, do PTB, do PDT, do PMDB, certamente, perante a população, nós teremos que responder. Nós temos que dar resposta a todas as dúvidas que existem e que são colocadas, porque o povo que nos elege, o povo que nos paga, o dinheiro público, nós que somos responsáveis para legislar e para fiscalizar, certamente nós

temos que ser questionados e, nesse momento, certamente nós temos que aceitar e assumir, que nós nesse momento somos vidranga.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PFL, se fará uso de seu tempo.

Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Os jornais de maior circulação no Estado, noticiam, quase que diariamente, especialmente, nos últimos dias, o valor dos subsídios que recebem os Deputados do Paraná. E são como disse, jornais de maior circulação, de maior importância, no Estado. "O Estado do Paraná", a "Folha de Londrina", "O Estado", eu acho que todos os jornais; o Jornal "O Paraná", de Cascavel, e somado a estas notícias todas, desfilam pelos microfones desta Casa alguns Senhores Parlamentares.

Alguns, até, achando que os subsídios são muito altos, devolvem valores.

O Deputado Pedro Tonelli tem se destacado nesta Casa, já há longo tempo, fazendo publicar através do seu gabinete, mensalmente, ou periodicamente, os subsídios percebidos pelos Senhores Parlamentares. Sempre destacando o Parlamentar, que todos esses valores, quaisquer que sejam ou que foram, são altos.

Esse é o assunto que eu preferia que a Comissão Executiva já tivesse tratado com os Senhores Parlamentares ou com as Lideranças das Bancadas; pois esta Casa existe em função de um número de alguns Partidos Políticos e que se é difícil reunir os Senhores Parlamentares, pelo menos as Lideranças das Bancadas.

O que não é mais possível também, é a razão da minha presença aqui e pretendo não voltar ao assunto por ser ele doméstico, de competência administrativa, e anti-pático. Queria deixar, aqui, a minha opinião pessoal e a do meu Partido.

Assisti, hoje pela manhã, a um programa, através do canal 12 da Rede GLOBO - Bom dia Paraná - uma entrevista com a Ilustre Deputada Irondi Pugliesi, e perguntada que fora sobre os altos salários, ela disse que também concordava com o Deputado Paulino José Delazeri que eram muito altos os salários, mas que não havia como fazer, já que era minoria. Eu acho que esta é uma questão que não é de minoria ou maioria. Eu podia até, simplesmente, dizer que é um problema do PMDB e do Governador do Estado, que sai nas manchetes dos jornais, criticando os Parla-

res, quando o Presidente da Casa, os 2 Secretários um do PMDB e outro do PTB que o apóiam, podiam resolver a convite do Senhor Governador, por que não? Se as mensagens, muitas delas, são colocadas aqui na Ordem do Dia numa semana, porque este assunto não pode ser discutido, acertado, definitivamente, entre o Governador do Estado e a maioria da Assembléia, e mais que isto, com a Comissão Executiva da Assembléia.

A Constituição Federal dispunha na Legislatura anterior, que os Deputados Estaduais, percebiam dois terços dos Deputados Federais. Quer dizer, não interessava ao Deputado Estadual quanto ele ia receber no mês seguinte, porque ele sabia que havia um limite, um dispositivo constitucional, que mandava as Assembléias pagarem aos seus Deputados dois terços do que percebiam, sob qualquer título do Deputado Federal. Mas, lamentavelmente, desgrazadamente, somente esteve em vigor até a Legislatura passada. Daí para cá é que as Assembléias Legislativas estão buscando, talvez através da UPI, os valores pagos pela Câmara Federal aos seus Deputados e através da UPI informar às Assembléias Legislativas, e as suas Comissões Executivas, para procederem o pagamento do subsídio dos Parlamentares Estaduais.

E mais uma vez, infelizmente, no meu entendimento, agora, a Assembléia Nacional Constituinte, deixa de estabelecer os dois terços ou dois quartos ou um terço ou três terços, quanto fosse. Mas, há uma necessidade imperiosa que se ainda for possível às Constituintes estabelecerem na nova Carta, um teto, um valor, um limite, porque as Assembléias devem ter seus subsídios nacionalmente. Além do parâmetro, todas as Assembléias devem pagar aos seus Parlamentares os mesmos subsídios, os mesmos valores.

Não é possível mais sermos, aqui, lembrados, diuturnamente, de estarmos cometendo um pecado que não fazemos. Não somos nós Parlamentares, queria deixar bem claro, quem estabelece os valores que devemos receber, quem nos paga é a Comissão Executiva da Casa, que tem responsabilidade para tanto, tem competência e responsabilidade para pagar os subsídios de direito aos Senhores Deputados Estaduais.

Portanto, prezados Deputados, se alguma providência deve ser feita, cabe à Comissão Executiva reunir-se com os Senhores Deputados Estaduais e as suas Lideranças, e esclarecer à imprensa ao Paraná, de forma cabal. O que não se pode é estar aí exposto à críticas de toda forma, pagando por um crime que não cometemos, eu repito.

Sou Deputado há quase 20 anos, 5 legislaturas e o meu comportamento aqui e no Paraná é conhecido, não vejo aqui um cabi-

de de emprego. Estou aqui numa função de representação popular, porque tenho sensibilidade para tanto, como têm todos aqueles que aqui ocupam uma cadeira. Não viemos aqui procurar emprego, viemos na representação popular que nos orgulha, e temos procurado nessa representação fazê-lo com dignidade, com honradez, com seriedade, não podemos permitir estarmos expostos aí, a críticas de quem não conhece a Casa, de argumentos demagógicos de colegas nossos, que muitas vezes desconhecem dispositivos legais que orientam o funcionamento da Casa.

É preciso, portanto, Senhor Presidente, que não se continue no Paraná, todo o dia a se enganar, a criticar o Parlamentar que recebe um valor e que cujo valor não é estabelecido por ele, Deputado Estadual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PTB, com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Recebo do Vereador Carlos Eduardo Marcionis Lobo, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, um ofício, nº 06/88, encaminhando pronunciamento feito no Plenário daquela Câmara pelo Vereador Antônio Carlos Corrêa, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro naquela Casa de Leis.

Su vou proceder a leitura, Senhor Presidente, porque ela explica de forma melhor que minhas palavras, o que pretende o nobre Vereador.

Ele diz o seguinte, dirigindo-se ao Presidente e ao Plenário daquela Casa. (Lê):

"Senhor Presidente, Nobres Vereadores:

Longe de nós a intenção de interferir na administração de uma autarquia estadual, mas não podemos calar diante das injustiças que estão sendo cometidas na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Também foge do alcance desta nossa manifestação o clima de intranquilidade reinante no seio da classe portuária, pela insegurança no emprego e pelas demissões até hoje não explicadas e que trouxeram prejuízos aos cofres portuários.

Entretanto, não podemos calar diante da perseguição política de 2 companheiros nossos, num flagrante desvio de funções "disfarçado", num momento em que assistimos o País, e especialmente nosso Estado, através da liderança incontestada do Governador Álvaro Dias, atravessar o seu mais alto ponto de moralidade administrativa e plena democracia.

Cremos com toda convicção na democracia implantada em nosso País, especialmen-

te quando ela nos proporciona a oportunidade de divergir e nos colocarmos politicamente ao lado daqueles com quem comungamos nossas idéias e ideais.

Por essas razões é que não podemos concordar com fatos que vêm ocorrendo na administração portuária com nosso correligionário Ivany Marés da Costa e com nosso companheiro Vereador Marcos Antônio Augusto da Silva.

Ivany, ex-diretor administrativo do Porto de Paranaguá, tão logo fez sua opção partidária pelo Partido Trabalhista Brasileiro foi transferido para as oficinas da autarquia, sem qualquer menosprezo para os portuários que trabalham naquele setor, mas uma área totalmente inadequada para um funcionário administrativo e que devido a sua formação profissional e intelectual, além de diretor, foi também ocupante de outros cargos de relevância dentro da APPA.

Ao anunciar recentemente sua intenção de disputar uma cadeira nesta Casa de Leis, nova transferência acontece em sua carreira profissional, desta vez para o Parque de Triagem de Caminhos.

Já nosso companheiro Marcos, ao longo do tempo vem sendo pressionado pela atual administração portuária, num "tira-e-põe" de cargos de chefia que ocupa já há mais de 10 anos, para finalmente, além de lhe retirarem o cargo, também transferi-lo para o Parque de Triagem de Caminhos.

Ora, Senhor Presidente e Nobres Vereadores, mais do que caracterizada está a perseguição política em ambos os casos, não respeitando não só aqueles portuários, mas e especialmente o cidadão parnanguara.

Imaginem o que ocorre com os mais simples funcionários daquela autarquia estadual, quando sua administração não respeita um ex-diretor, jornalista e uma das reservas intelectuais de nossa comunidade. Nem esta Casa está sendo respeitada, quando um de seus integrantes é "punido" por suas posições políticas e partidárias, que em momento algum se chocaram com os interesses dos dirigentes e da autarquia.

Desde que a atual administração portuária assumiu, tenho procurado manter-me distante do posicionamento de seus dirigentes, mesmo não concordando com algumas injustiças cometidas, mas não só como Vereador, mas e especialmente como cidadão e amigo de Ivany Marés da Costa e de Marcos Antônio Augusto da Silva, não posso calar diante do ocorrido.

Apelo desta tribuna para que o Senhor Francisco Deliberador Neto, Superintendente da APPA reveja essas transferências, não se deixando levar por intrigas, e analise criteriosamente, na posição de administrador da mais importante autarquia estadual, a ficha funcional dos portuários

Ivany Marés da Costa e Marcos Antônio Augusto da Silva, verificando que "pecados" cometeram e o muito que já contribuíram para o engrandecimento do Porto de Paranaguá.

Solicito ainda, Senhor Presidente e Nobres Vereadores, que em nome da Casa, sejam enviados expedientes às autoridades abaixo relacionadas, para que com seu elevado espírito público e influência que detêm através de seus cargos, que impeçam que mais essa injustiça se cometa contra 2 ilustres cidadãos parnanguaras:

1. Excelentíssimo Senhor Governador Alvaro Dias.

2. Excelentíssimo Senhor Deputado Antônio Amibelli, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

3. Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes.

4. Excelentíssimo Senhor Deputado Erondy Silvério, DD. Líder do PTB na Assembleia Legislativa.

5. Senador Affonso Alves de Camargo Netto, DD. Presidente do PTB/PR.

6. Ilustríssimo Senhor Eloy Pereira Marcondes de Albuquerque, DD. Presidente do Conselho de Usuários da APPA.

7. Ilustríssimo Senhor Engenheiro Alfredo Jorge Budant, DD. Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá.

8. Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Dr. Waldyr Salmon.

Sala das Sessões, em 05.04.88.

ANTONIO CARLOS A. CORRÊA

Vereador - Líder do PTB".

Nós gostaríamos, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que não conhecemos efetivamente os meandros do funcionamento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, mas gostaríamos de ouvir a justificativa do nobre Deputado Nestor Baptista, que tem o dever moral de vir a esta Casa e dizer que não é perseguição política e dizer que o Governo do PMDB é transparente nos seus atos e desmentir tudo aquilo que falavam os seus companheiros e ele próprio, quando na Oposição nesta Casa, que havia perseguição por parte do PDS, perseguição política.

Nós gostaríamos de ouvir o líder do Governo nesta Casa dizer que o Deputado está faltando com a verdade, que não existe perseguição apenas porque um funcionário do Porto de Paranaguá fez uma opção política que não o Partido dominante.

Nós esperamos que Sua Excelência atenda este nosso apelo, que venha à tribuna desta Casa e que traga fatos desabonadores contra esses dois funcionários, fatos que levaram a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina a afastá-los, afastar

um jornalista, Diretor-Administrativo, intelectual, para cuidar de um parque de triagem de caminhões. Dizer que isto não é perseguição política, que é necessidade de serviço ou dizer que o cidadão é um falso intelectual, é um falso jornalista e que é relapso no exercício de suas funções.

Quando isto aqui for afirmado, eu terei uma resposta a dar a uma corporação legislativa que é a Câmara Municipal de Paranaguá, que fala pelo seu Presidente e pela maioria de seus membros, verberando a atitude do Sr. Francisco Deliberador Netto, verberando a atitude do PMDB, do Governo do PMDB, que se lança a uma mesquinha perseguição política.

Eu gostaria de ouvir isso, porque eu não acredito que isto esteja ocorrendo, eu não posso acreditar, sem nenhum demérito aos homens que cuidam de um parque de triagem de caminhões, aos homens que são mecânicos nas oficinas dos Portos de Paranaguá e Antonina. Mas não acredito que um administrador, no seu estado de sanidade mental, possa cometer um desvairismo dessa natureza, em transferindo um cidadão de um posto administrativo que ele vem exercendo por mais de dez anos para funções que não condizem com o "status" que ele alcançou pelo seu trabalho, pelos seus méritos, pela sua probidade e pela sua competência. Eu não acredito isto! Será uma coisa surrealista se verificarmos que isso é verdade.

Eu prefiro aguardar, Sr. presidente, nobres Srs. Deputados, a palavra final do Deputado Nestor Baptista que, além de Líder do Governo nesta Casa, é representante de Paranaguá, da brava gente parnanguara neste Poder Legislativo. Gostaria imensamente que essas afirmações fossem desmentidas ou então, que se trouxesse aqui um atestado da incompetência e da improbidade administrativa e funcional desses cidadãos que se dizem perseguidos, politicamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PDT.

Com a palavra, o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cidade e o Paraná assistiram ontem, atônitos, o Presidente da COHAB de Curitiba vestindo mais ou menos aquela feição da capivara de ténis - personagem do Henfil, do jornal "O Pasquim", confessar a sua incompetência diante do programa da habitação popular para a população.

Dizia o Dr. Sérgio Ritzmann: "De agora em diante, só quem ganhar mais do que 60 mil cruzados poderá se habilitar a uma casa popular em Curitiba.

Ora, se no governo do PMDB, da dita Nova República, só quem ganhasse mais do que 25 mil cruzados poderia se habilitar a uma casa da COHAB, agora, no governo da Nova República, coberta de sangue desses bodes que os Ministros, sobretudo o da Habitação, ficam sacrificando para Xangô para permanecerem no poder, no governo desta Nova República, envelhecida pelo sangue dos animais sacrificados ao demônio do poder, agora só tem casa própria quem ganhe mais de 60 mil cruzados.

Pois bem, ontem foi noite de alta da gasolina: 74,60 cruzados o litro; 49,60 cruzados o litro do álcool, o IPTU, as taxas da COPEL e da SANEPAR, os impostos de Curitiba, tudo subindo em OTN. É a otenização da economia a olhos vistos. E o que é que aconteceu hoje, aqui na Assembléia?

Contam-me os Srs. Deputados, que o Sr. Deputado Paulino José Delazeri foi à agência do BANESTADO devolver o aumento percentual que, pela otenização da economia, nos imputou a Mesa Executiva da Assembléia.

Eu felicitaria a Sua Excelência o Deputado Paulino José Delazeri, pelo seu gesto desprendido e até magnífico, bom gesto de mídia, inclusive, não fosse, Excelência, essa devolução, uma confissão de culpa, porque Vossa Excelência votou contra a URP para o funcionalismo do Estado e deu ao Sr. Governador a condição de, por decreto, definir a política salarial como bem o deseje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há precedente na história. Referem-se os Evangelhos da Paixão, que depois de ter vendido o Senhor Jesus, por 30 Dinheiros, Judas se pôs em profundo e amargo arrependimento. E indo ao banco do Templo - foi ter com os chefes dos sacerdotes e dos fariseus e jogou diante deles os 30 dinheiros; e eles, para não se contaminarem, porque precisavam comer a Páscoa, mandaram que os servos recolhessem aquele dinheiro e com ele compraram um campo que é conhecido até hoje em Jerusalém, com o nome de "Campo do Sangue".

Eu não sei se vai a Assembléia comprar um Alsedama, um Campo de Sangue, com o dinheiro que devolveu o Deputado Paulino José Delazeri.

No entanto, eu sei que precisamos rasgar o véu da hipocrisia que se tecem dentro desta Casa e nas relações deste Poder com o poder que está no palácio e com o poder que está nas ruas que emana do povo.

Nós precisamos começar a dizer ao povo que não venda mais o seu voto, que não o troque por lata de tinta, tampa de privada, telha de Eternit, dentadura nova... Precisamos dizer ao povo que aqui não é a Casa de Assistencialismo, e nós precisamos dizer ao Governador, que foi Vereador, que

foi Deputado Estadual, que foi Deputado Federal e que foi Senador - e pelo que eu saiba e conheço bem a história, nunca o vi devolver nenhum centimo sequer dos dizimos que do povo recebeu em todo o tempo que nos representou nos Parlamentos, que em Dia de Tiradentes nos quis enforcar na Praça Tiradentes, tentando criar uma cortina de fumaça na questão do funcionalismo, apontando aqui os Judas para serem malhados, que o papel da democracia não é este, e que o papel correto da democracia não é este: desmoralizar o Parlamento. Não e nunca! Nós precisamos, também, avançar. Quem sabe votar a proposta do Deputado Paulo Furiatti, a proposta moralizadora no congelamento dos nossos salários. Claro que eu quero ser solidário com o funcionário público, embora não tenha culpa no meu coração nem na minha mente. Tenho as mãos limpas! Há Deputados com as mãos limpas aqui também. Nós não jogamos sobre os funcionários do Estado o peso do congelamento no tempo em que a economia corria em OTN's. Quem jogou, foi traído. Onde foi traído? Ora, em Palácio, na ceia do Partido.

Eis aí! Eis aí tudo para ser discutido: Judas, o bode expiatório; os bodes de José Sarney, que se sacrificam para Xangô nas salas do Ministro Prisco Viana; o bode expiatório que se tenta fazer dos Deputados...

Sabem como era o bode expiatório? Quando Jerusalém vivia tensão profunda e os chefes do povo já não sabiam o que fazer com a insatisfação do povo, mandavam vir um bode e o carneavam em praça pública - como fazem os catarinenses nessa matança do boi. E depois que os sangravam até a morte, mandavam-no para o deserto da Judéia, lá onde o sol se põe fora dos muros da cidade.

O que fez o Governador Álvaro Dias? Quis buscar o bode expiatório para a situação do déficit público, para a situação do funcionalismo aqui nesta Casa, nos Senhores Deputados.

O que se impõe ao Governador Álvaro Dias?

Que dê aos seus dois Deputados-Secretários de Estado o mesmo tratamento que quer dar a todos nós, que imediatamente mande que eles optem, ou pelo regime de Secretariado do Estado, com seus Gabinetes, ou pelo regime da representação popular. A dubiedade não pode permanecer nem deve permanecer.

Precisamos todos nós, que o Sr. Neivo Beraldim, que assiste em Palácio, nas antecâmaras do Sr. Governador e que é Vereador de Curitiba, também só perceba de uma fonte: dos cofres da cidade ou dos cofres do Palácio.

Precisamos todos, depressa, agir com



espírito de corpo. Precisamos todos, não porque a eleição está próxima e talvez nenhum de nós se reeleja; mas isso também não é importante. Precisamos todos, porque a democracia está em perigo e ela é que tem que ser salva. Não podemos brincar de judas jogando dinheiro no pé do sumo-sacerdote e dizendo que não temos parte na venda do Cristo, porque o Cristo já foi vendido e os salários dos funcionários já estão nas mãos do príncipe. E campo de sangue, que eu saiba, não há à venda na cidade. A não ser, quem sabe, as ruas da cidade que vão ensanguentadas. A não ser, quem sabe, as filas da COHAB que vão sem possibilidade nenhuma de se atender a população que não tem onde morar e que não tem o que comer. A não ser, quem sabe, às portas dos hospitais, às enfermarias dos albergues, os caminhos dos miseráveis deste Brasil que perde totalmente a esperança.

E olhem, senhores, nos dizem "marajás"... Na terra dos marajás, que é a Índia, entre os miseráveis que os marajás semearam, vi escrito num dos muros de Calcutá o seguinte ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que seu tempo está encerrado.

Tem a palavra para concluir.

O SR. RAFAEL GRECA - ... "Quando desaparece a esperança, resta a fúria".

O Governador, a Assembléia, os que na imprensa investem contra a democracia constituída na Assembléia, os que pintam os muros de "vote nulo", os que se dedicam a caçar "marajás", os que cerceiam o direito das pessoas terem o direito do pão de cada dia na sua mesa, pelo pagamento em URP's e OTN's, todos estes estão semeando a fúria.

Livre-nos Deus, do "Império da Fúria". Era isto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrada a Hora do Expediente, passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 27/88, (Mensagem nº 27/88, ex-Proposição nº 36/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 20/11/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, objetivando alocação de recursos financeiros para atendimento de despesas com obras de reforma e adaptação do Parque de Exposições Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 28/88, (Mensagem nº 28/88, ex-Proposição nº 37/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 30/12/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de GUARAPUAVA, objetivando aplicação de recursos financeiros no transporte hidroviário de passageiros. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 29/88, (Mensagem nº 29/88, ex-Proposição nº 38/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 22/12/87, entre o Estado do Paraná e o Instituto de Aviação Civil, com interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes, objetivando elaboração do Plano Aeroviário do Estado do Paraná. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 30/88, (Mensagem nº 30/88, ex-Proposição nº 39/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 10/11/87, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, objetivando a execução dos serviços de implantação, pavimentação e das demais obras complementares para duplicação do trecho Curitiba - Garuva, Divisa PR/SC, com extensão estimada de 75 KM - Rodovia 376/PR, integrante do Plano Nacional de Viação. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 31/88, (Mensagem nº 31/88, ex-Proposição nº 40/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 27/10/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Município de CAMPO MOURÃO, com a interveniência da SUDESUL, objetivando a execução de obras destinadas ao

controle da erosão urbana. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 32/88, (Mensagem n° 33/88, ex-Proposição n° 42/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio publicado no DOE de 18/01/88, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado do Mato Grosso do Sul, através de sua Secretaria de Estado de Obras Públicas, com os objetivos que especifica. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 33/88, (Mensagem n° 34/88, ex-Proposição n° 43/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando construção ou reformas de prédios para unidades policiais dos referidos Municípios, e ainda, cópias de termos aditivos, datados de 23/12/87, a Convênios, para iguais objetivos, celebrados com os Municípios de CRUZEIRO DO OESTE e WENCESLAU BRAZ. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 34/88, (Mensagem n° 35/88, ex-Proposição n° 44/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova Termo Aditivo de 03/02/87, ao Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de UBIRATÁ, objetivando a execução de obras externas, colocação de divisórias, pisos e esquadrias, na sede da CIRETRAN local. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 35/88, (Mensagem n° 41/88, ex-Proposição n° 45/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 03/07/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Ministério da Cultura, por intermédio da Secretaria de Estado de Apoio à Produção Cultural, objetivando a realização do "VII FESTIVAL DE MÚSICA DE LONDRINA - PR. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 36/88, (Mensagem n° 42/88, ex-Proposição n° 46/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova Termo de Acordo celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto Nacional de Artes Cênicas do Ministério da Cultura em 03/08/87, com os objetivos que especifica. - Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 03/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL PASSOS KRUGER, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 16/88, (Mensagem n. 15/88 Ex-Proposição n. 24/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e os respectivos Municípios de Palmas e de Umuarama, em 15.12.87, objetivando fomentar a agropecuária dos referidos Municípios. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 17/88, (Mensagem n. 16/88 Ex-Proposição n. 25/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura referente ao 9º Termo Aditivo (16.10.87) fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal; 8º Termo Aditivo (10.11.87) defesa e vigilância fitossanitária. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 18/88, (Mensagem n. 17/88 ex-Proposição n. 26/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, com os Municípios e nas datas que especifica, objetivando a construção de prédios destinados a sediar unidades policiais. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 19/88, (Mensagem n. 18/88 ex-Proposição n. 27/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos celebrados em 22.12.87 DOE, 23.11.87 e 12.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança e do DECOM com os Municípios de APUCARANA, CANTAGALO e COLOMBO, objetivando a conclusão da construção de prédios destinados a sediar unidades policiais. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 20/88, (Mensagem n. 19/88 ex-Proposição n. 28/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova 1º Termo Aditivo de 03.12.87 ao Convênio de Cooperação Técnica n. 07/87, celebrado em 18.08.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e o Município de MATINHOS, objetivando assegurar a elaboração do projeto e execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação e drenagem da Rodovia que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 21/88, (Mensagem n. 20/88 ex-Proposição n. 29/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 28.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Município de CAMPO LARGO, objetivando a limpeza e manutenção do PARQUE HISTÓRICO DO MATE. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 23/88, (Mensagem n. 23/88 ex-Proposição n. 32/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e as Entidades de Ensino Superior adiante mencionadas, nas datas e com os objetivos que especificam, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 24/88, (Mensagem n. 24/88 ex-Proposição n. 33/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 025/88, (Mensagem n. 25/88 ex-Proposição n. 34/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria do Comércio, com os Municípios, datas e objetivos que especifica. Aprovado, artigo, por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de resolução n. 026/88, (Mensagem n. 26/88 ex-Proposição n. 35/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 15.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e

o Município de GUARACI, objetivando a realização da V EXPOGUAR - Exposição de Produtos Agropecuários. Aprovado, artigo por artigo..

Sobre a Mesa, requerimento de autoria da Senhora Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando dispensa da discussão e votação da Redação Final dos projetos em 3ª. Discussão que não tenham sofrido emendas em suas tramitações. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Etelvina Maria Amaral Gradowski, ocorrido na última semana, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Municípios de Ivatuba, pela passagem do "Dia Mundial do Meio Ambiente", ocorrido no dia 15 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 086/88, que denomina Rodovia Mario Riciardi a PR-457, trecho que liga o Município de São Pedro do Ivaí ao Distrito de Marisa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro do Gabinete Civil, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, Ministro do Planejamento e Secretário Especial de Ação Comunitária, encarecendo a reconsideração da suspensão da implantação do Programa de Apoio ao Bóia-Fria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da COPEL, e ao Diretor da Empreiteira vencedora da concorrência pública para a construção da Hidroelétrica de Salto Segredo, encarecendo que ambos compareçam a esta Casa, onde perante as Comissões Técnicas de Finanças e Obras Públicas, Transportes e Comunicação, farão exposição aos Senhores Deputados sobre o processo de participação das empreiteiras que se habilitaram à concorrência pública levada a efeito. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no Jornal "O Estado do Paraná", intitulado "Sen-

tados no Baile". Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência aceita e fará a verificação de votação. Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, estamos votando sem ter conhecimento do que é que no dia 18, o articulista Renato Schaitza escreveu. Sabemos e eu sou um fã da coluna no Jornal "O Estado do Paraná" e tenho até me utilizado dos seus artigos.

Gostaria de ter conhecimento do que é que consta neste artigo do articulista Renato Schaitza, para poder votar conscientemente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que o título é "Sentados no Baile". É um artigo bastante extenso e se Vossa Excelência...

O SR. ALGACI TÚLIO - "Sentados no Baile"? Só que eu não sei quem é que estava sentado no baile, Senhor Presidente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu requeiro que seja lido o artigo, para o conhecimento dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência solicita ao Senhor 1º Secretário que leia o artigo "Sentados no Baile", para que o nobre Deputado Pedro Tonelli ...

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Eu acho que pior seria se tivesse sido "Barra-dos no Baile", Senhor Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti) Lê o artigo intitulado "Sentados no Baile", de autoria de Renato Schaitza.

O bisavô de Matusalém já recomendava:

- Baixinho, nunca assine uma folha de papel em branco.

Não por falta de recomendação que essas coisas não se aprendem. Agora mesmo, a nossa Assembleia Legislativa, onde está uma porção de homens sabidos, assina em branco para que o governador resolva sozinho a questão da remuneração dos servidores.

Quem transfere atribuições, desiste de direitos. Perde poder, rasga prestígio.

O conceito dos políticos está assim tipo pau de poleiro. Não para o colonista, que acha todos os políticos maravilhosos, porque não se maldiz as ferramentas das

quais ganhamos o pão. Quem desmerece aos políticos é a opinião pública.

Sem muito esforço, descobriu que paga um montão de dinheiro para ser representada, o dinheiro no bolso sobe à cabeça, e cérebro endinheirado pensa muito pouco.

Ninguém elegeu ninguém para delegar poderes. A decisão sobre os assuntos de interesse público deve ser compartilhada. No caso dos funcionários públicos, cabia à Assembleia inteirar-se minuciosamente de como vão as finanças, envolver-se no problema de caixa do Estado, e depois amparar uma decisão da administração.

Os Deputados estão no baile, mas não querem dançar. Fogem de compartilhar de uma medida antipática, que é a redução do poder de compra dos funcionários que ganham menos mal. Gostam e gozam dos desfrutes do cargo, mas não querem assumir as suas responsabilidades.

"A Assembleia não tem poder para nada". Essa constatação também não é do colonista, mas do Deputado Paulino José Delazeri, um suplente que assumiu querendo ser alguma coisa. Foi rechaçado pelo colegiado: em canteiro de alfaces, couve leva foice.

Não só a Assembleia não pode nada, como nem está merecendo respeito. Por força constitucional, os seus pedidos de informações devem ser respondidos pelo Executivo, sob pena de a autoridade omissa ser enquadrada em crime de responsabilidade.

Teoricamente (no Brasil a lei é sempre uma teoria, no mais das vezes improvável), a Assembleia pode derrubar um governador que não responda aos seus pedidos de informações.

O Deputado Basílio Zanusso, como Líder do PFL, apresentou um pedido de informações. Em 35 quesitos, questionava os gastos da administração José Richa/João Elísio com propaganda e publicidade. Foi de uma minuciosidade impressionante, cercou a galinha de todos os lados. Deveria ser esclarecidos os gastos de qualquer natureza, como se pagou, quem recebeu, quais as empresas intermediárias, o que foi pago com recursos orçamentários e quanto investiram as empresas públicas.

Muito além do prazo legal, recebeu um ofício lacônico. Das 35 perguntas, só uma foi respondida. Isso apesar de a Assembleia ter encampado, como corporação e Poder, as questões levantadas.

Desculpava-se a resposta que os dados não seriam esclarecidos, "face à precariedade dos controles existentes durante o período solicitado".

Apurem os seus ouvidos: como é mesmo? Diz essa resposta que havia dinheiros públicos girando com "precariedade de controles".

Não há uma contabilidade formalizada

de quanto Richa/João Elísio gastaram com divulgação e publicidade. E fica tudo por isso mesmo? Acha o Deputado, a opinião pública deve pensar igual, que o caso merece uma auditoria. Dinheiro público não é moinho para girar no vento.

Foi lembrado que são compromissos deste governo a austeridade e a transparência. Uma boa lembrança. Mas nem assim forneceram-se as informações, fica tudo por isso mesmo, o Deputado e a Assembléia que cumpram seu único, maior e indelegável direito. Espernear em paz, de forma pacífica, de preferência em absoluto silêncio.

Nunca a história poderá registrar quanto um período de grande prodigalidade autopromocional gastou.

Não esqueçamos a outra lição do bisavô de Matusalém:

- Filhote, quando o jarro é escondido, alguém meteu a mão.

Uma força maior para a Assembléia será possível na nova Constituição do Estado. Os representantes do povo não têm meios, hoje, de se informar corretamente. Nem de checar se informações fornecidas são corretas. O que a futura Constituição poderá explicitar, e regulamentar melhor, é o entrosamento entre o Legislativo e o Tribunal de Contas. Consta, hoje que o TC seria um organismo auxiliar ao dever fiscalizatório do Legislativo. Como diz a música faz-me rir.

A outra forma de exercício da função fiscalizadora seria a Comissão Parlamentar de Inquérito. Já fui intimado a depor numa delas (da Corrupção) por fazer a afirmação que adiante repito. Uma CPI é o melhor caminho que se pode escolher para que um assunto jamais seja apurado.

Os legislativos devem repensar sua imagem. Delegar e delegado são palavras que hoje não estão soando bem.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente, embora concordando com algumas afirmações do articulista e discordando de outras, e não é o momento aqui de dizer, com quais eu concordo e com quais eu discordo, quero ponderar à Presidência, que o requerimento carece de votação. Mesmo porque ele já foi registrado pela leitura, muito boa e clara, do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que exerce a 1ª Secretaria.

Entre ficarmos pela abundância de votação, de discussão, de registros, eu prefiro ficar com o primeiro registro.

A própria leitura prejudica a votação, razão porque, não vejo nenhuma razão para que se vote o requerimento. O artigo está

registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA, - Eu vou em concordância às afirmações do Deputado Nereu Carlos Massignan, mesmo porque acho muito oportuno que a leitura clara do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tenha trazido à Assembléia a contribuição desse texto lúcido do articulista Renato Schaitza, porque, ele vêm significar posto nos Anais da Assembléia, pela leitura do 1º Secretário, o que pensa a Sociedade, ou pelo menos uma parte da sociedade a propósito dos recentes acontecimentos históricos, aqui na Assembléia, qual seja o acontecimento de dar a Bancada do PMDB, carta branca para o Senhor Governador definir a Política salarial do funcionalismo e a de sequência o Senhor Governador no "Dia de Tiradentes", dar as suas declarações, sobre os salários dos Senhores Deputados.

Eu concordo com o Deputado Nereu Carlos Massignan, e acho que fica para a história, o que pensa a sociedade a respeito desta Assembléia. Vamos melhorar o baile, precisamos afinar a música. Era isso.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Solicito que a Mesa, atenda o que consta do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência, evidentemente, que colocará em votação, embora o objetivo do requerimento tenha sido atendido.

Está em votação o requerimento do Deputado Pedro Tonelli. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Aprovado por unanimidade.

A matéria acha-se publicada no final desta Ata.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba e demais personalidades, encarecendo providências no sentido de resolver os problemas enfrentados pelos varredores e coleto-



res de lixo nesta Capital, junto às empresas empregadoras, aos fiscais da prefeitura e à população. Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Para encaminhar) Eu quero dizer Senhor Presidente dizer que votaremos contra esse requerimento porque não entendemos seja de competência dessa Assembléia Legislativa e, sim de competência da Câmara de Vereadores de Curitiba matéria desta ordem. Portanto, não exercendo mandato de Vereador aqui em Curitiba nós votaremos contra e deixaremos que a Câmara de Vereadores tome as providências.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) Eu queria dizer aos nobres Pares que encaminhamos este requerimento atendendo pedido da representação do sindicato da categoria e que estava pedindo ajuda da Assembléia Legislativa para que o Executivo curitibano interviesse para que providências fossem tomadas no sentido de estabelecer uma situação, basicamente uma situação de trabalho melhor para essa categoria.

Eu acho que é de competência desse Legislativo sim. Nós não estamos fazendo leis para o Senhor Roberto Requião cumprir. Estamos simplesmente encaminhando um expediente para que se tomem as providências cabíveis a ele. Simplesmente isso. Não estamos aprovando aqui um projeto de lei que é de competência da Câmara dos Vereadores para que Roberto Requião seja obrigado a cumprir. Mas sim, encaminhando um expediente ao Prefeito para que ele auxilie com sua contribuição a essa categoria tão importante que cuida da limpeza pública dos curitibanos que é nada mais nada menos do que um terço da população que nos elegeu.

Então, acho que temos compromisso com essa população e essa Assembléia deve encaminhar um pedido à Câmara Municipal.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, há necessidade de que na próxima Constituição Estadual isto se modifique, porque afinal de contas, essa Casa e nós, em especial, este Deputado e o Deputado Rafael Greca recém-saídos da Câmara Municipal de Curitiba necessitamos ainda defender os interesses da nossa Cidade como de um todo que é o Paraná.

Então, não vejo por que um requerimento desta ordem pedindo a Sua Excelência o Prefeito para que evidentemente analise a situação desse pessoal que é responsável pela limpeza da cidade; desse pessoal que não tem nem direito ao vale-transporte; desse pessoal que é discriminado na Pre-

feitura Municipal de Curitiba. É um direito que o Parlamentar tem de que esta Assembléia encaminhe a Sua Excelência o Prefeito este requerimento votado por esta Casa. Afinal de contas acredito que Sua Excelência o Prefeito, Deputado que foi, saberá, entender o espírito desta matéria. Muito obrigado.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Para encaminhar) Senhor Presidente, com todo o respeito ao seu autor Deputado Pedro Tonelli, eu faço uma sugestão ao seu requerimento no sentido de que o mesmo seja encaminhado à Câmara Municipal de Curitiba para que a Câmara de Vereadores tome as providências junto a sua área de atuação no Município de Curitiba para que esse requerimento possa ser atendido. Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Para encaminhar) Eu quero me apressar em manifestar a minha posição contrária ao requerimento em que a Assembléia Legislativa seria chamada a decidir sobre a remoção de lixo da Cidade de Curitiba.

Primeiro porque, nós aprovamos este requerimento, não estaremos justificando em nada essas notícias e esses debates que temos enfrentado durante esta semana com relação aos salários dos Deputados. Em absoluto vai valorizar a atividade parlamentar aprovando este requerimento.

Não vai justificar perante a imprensa, também este debate que se levanta agora em relação ao salário dos Deputados.

E, em segundo lugar, quando a Prefeita Maria Luiza, de Fortaleza, que é do Partido dos Trabalhadores enfrentou uma greve, naquela Cidade, greve dos lixeiros, e o lixo se esparramava pela Cidade, criou uma questão até difícil para a Prefeita resolver, em nenhum momento, enquanto o lixo se esparramava pela Cidade de Fortaleza, no Ceará, na cidade administrada por uma Prefeita do Partido dos Trabalhadores, em nenhum momento a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pediu providências para que a Prefeita Maria Luiza removesse o lixo. Evidentemente que aqui não estamos enfrentando situação semelhante, e o Prefeito Roberto Requião e a Câmara de Vereadores têm a sensibilidade suficiente para saber que lixo deve ser recolhido, razão porque não há porque, nós aqui, estarmos nos preocupando com eventual lixo depositado nas ruas, porque esta é uma questão que se resolve administrativamente, pela Prefeitura, e mesmo por que pelo precedente de que, em situação muito mais grave, em Fortaleza, quando a Prefeita Maria Luiza, do Partido dos Trabalhadores enfrentou situação semelhante, a nossa Assembléia,

também, em nenhum momento se manifestou sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Com a palavra o Deputado Rafael Greca, para encaminhar a votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não vejo porque não possa o Deputado Pedro Tonelli sugerir ao Senhor Prefeito de Curitiba, no sentido de sugestão, em forma de expediente desta Assembléia que defenda a reposição salarial e melhor condição de vida da categoria dos varredores de rua e dos lixeiros da Cidade de Curitiba.

Eu não vejo porque não possamos nós, mandar um expediente para o Prefeito de Curitiba, mesmo porque já mandamos um expediente para o Santo Padre, o Papa, sem falar com o Sacro-Colégio dos Cardeais; houve já caso de requerimento aqui, era do Presidente da Casa, no sentido do Santo Padre aquiescer e receber uma Cidadania Honorário do Paraná. Já mandamos expediente para os vários Ministros de Estado, e não nos reportamos ao Congresso Nacional, já mandamos expediente até para as representações diplomáticas, para as delegações estrangeiras sediadas no Brasil e também não nos reportamos à Chancelaria do Itamarati. Nós já chegamos a interferir na política consular da República Democrática da Alemanha, pedindo na ocasião, eu me lembro, que o Senhor Cônsul da Alemanha, sediado em Curitiba, aqui fosse mantido, pelo bom sucesso do seu trabalho, entre a etnia alemã. Então não sei porque não podemos nós, os Deputados, mandar um requerimento, feito com toda a educação e com todo critério pelo Senhor Deputado Pedro Tonelli.

Claro que se a Assembléia rejeitar, eu lhe ofereço, Deputado Pedro Tonelli, a Liderança do PDT na Câmara, o Vereador José Gorski terá prazer de encaminhar, pela Câmara.

Aliás, a Câmara é bem mais democrática que a Assembléia, porque pedido de informação e requerimento, nem sequer são votados são diretamente encaminhados ao Executivo. Por quê? Porque o Parlamentar tem direito de perguntar o que quiser, ele foi eleito para isso.

Não deve a minha dúvida ser julgada se é procedente ou não pelos outros Deputados, porque o que é dúvida minha pode não ser dúvida sua! No entanto, aqui, nessa Assembléia se vota um pedido de informação! Se votam requerimentos também, de uma certa forma a Assembléia exerce a censura em cima de seus próprios membros, em suma isso nos desvaloriza, eu entendo que nos

desvaloriza, por isso voto com o Deputado Pedro Tonelli.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente.

Eu gostaria de, por uma questão de coerência manifestar-me sobre o pedido aqui feito pelo Deputado Pedro Tonelli. Sob o argumento de que não podemos votar a matéria por se tratar de assunto do Município de Curitiba, esse argumento me parece que não tem consistência, porque neste assunto nós não temos competência, porque é da Prefeitura. Quando vamos falar da reforma agrária, também não é da competência do Estado é do Governo Federal, então também não podemos falar de reforma agrária.

Na área de Saúde da Previdência Social também não vamos poder dar nenhum tipo de opinião e nem de participação política, porque o assunto é do Governo Federal.

Eu votei aqui, contrário a um requerimento que tratava de assuntos da Universidade Federal do Paraná, que também não é assunto do Governo do Estado e esta Assembléia votou, naquele instante não foi levantada esta questão. Mas em 1978, eu era Deputado no 1º mandato e ouve aqui em Curitiba um movimento grande, inclusive nós ajudamos a liderar esse movimento dos garis, que inclusive culminou com uma paralisação da coleta de lixo desta Cidade de Curitiba, e esta mesma Assembléia Legislativa votou naquela oportunidade, um requerimento de minha autoria dando apoio aos garis de Curitiba e numa demonstração de participação e de interesse das coisas da Cidade, que faz parte do nosso Estado e é a Capital do nosso Estado; esta Assembléia aprovou uma moção de minha autoria, pedindo ao Prefeito da época que atendesse a reivindicação dos garis, uma vez que estavam ganhando um salário inferior ao salário pago por outras Capitais, uma vez que Curitiba não pagava insalubridade.

Bem, parece-me uma incoerência muito grande se hoje eu votar contrário à proposta do Deputado Pedro Tonelli, parece-me que se o MDB estivesse aqui presente nesta Casa, o MDB das três letras, também seria incoerente, porque foram vários Deputados do MDB que foram para a tribuna naquela época para dar apoio aos garis de Curitiba, e infelizmente nós não temos mais o MDB, temos o PMDB; e isso já não dá para se dizer que é uma matéria, um caso julgado pelo partido, porque para a liderança do partido, naquela oportunidade o assunto foi de questão fechada e nós derrotamos a

Bancada da ARENA e esta Casa então teve aqui uma moção aprovada de apoio aos garis e de pedido de providência ao Prefeito de Curitiba, Senhor Saul Raiz.

Eu não vejo razão nenhuma para que a Assembléia não apoie este movimento, que é um movimento justo que vem realmente dar apoio a uma das classes mais sofridas do nosso País, uma categoria que vive marginalizada, que vive do trabalho, da sujeira da cidade podemos praticamente assim dizer, sob o argumento de que esta casa não pode falar sobre o assunto, eu também não vejo razão para isso. Porque se nós não pudermos opinar sobre esta matéria, não vamos opinar mais sobre a maioria das matérias que temos tratado inclusive neste Parlamento. Política salarial, URP! A princípio é coisa do Governo Federal e nós, no entanto, temos discutido e tratado esse assunto por aqui. Então, eu acho que até por solidariedade humana, mesmo que não fosse coisa dessa Casa, nós deveríamos nos unir à luta que apoia aos garis, em função da própria questão humana que vivem esses trabalhadores, tão desprezados pelas nossas Assembléias e pelos nossos Parla-mentos.

Eu entendo que a matéria deve ser discutida e votada e receber dessa Casa o seu apoio, sob pena de cometermos aqui uma grave injustiça contra os trabalhadores que diuturnamente limpam e promovem com o seu sacrifício a grandeza e a higiene da nossa Cidade e das cidades de todo o Universo.

Eu vou votar favorável e gostaria de conchamar aos colegas e companheiros para que repensassem sobre a matéria e dessem o apoio total, não só através deste voto, mas através da formação de uma delegação de Deputados para ir à Prefeitura de Curitiba, para ir até à LIPATER para ajudar a resolver esta questão, ou pelo menos para que se possam através desse trabalho, amenizar o sofrimento desses homens que funcionam como se fossem máquinas.

Nós precisamos realmente, eu acho que esse Parlamento vai aprovar este requerimento, porque eu não posso admitir que não encontrem aqui o apoio suficiente esses trabalhadores tão eficientes e que vivem de um salário tão pobre.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar com a palavra o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente após ouvir as exposições do Deputado Rafael Greca que com brilhantismo, traz luz a esta Casa, e após ouvir o Deputado Domingos Scarpellini que, com coerência e consequência, fez observações

importantes, e na luta que nós teremos esse ano no resgate da credibilidade, mas também no resgate das prerrogativas desse Parlamento, eu sugiro que através desse requerimento do Deputado Pedro Tonelli já comecemos a fazer um exercício prático de resgate dessas prerrogativas e votarmos a favor desse Requerimento, porque na verdade o Deputado Rafael Greca colocou muito bem, faz parte da nossa atividade, solicitar informações a todos os setores que realmente interessem ao Deputado e que interessem informar a nossa população, e vamos exercitar esta necessidade para que a nossa atividade, tenha acima de tudo, cada vez mais credibilidade perante a população. Portanto, pedimos inclusive desculpas ao nosso Vice-Líder que solicitou encaminhamento direto à Câmara de Vereadores, eu gostaria que a nossa Vice-Liderança retomasse essa questão e votássemos a favor desse requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, realmente notamos evolução desse Parlamento. O Deputado Rafael Greca, o Deputado Domingos Scarpellini, o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, outros Deputados, usaram bem das explicações quando se referem à autonomia deste Parlamento na defesa dos interesses da coletividade.

Outro dia Senhor Presidente nós fizemos um apelo ao Ministério da Previdência Social que contou com o apoio de 38 dos Senhores Deputados, só não contou com mais porque não estavam presentes. Trinta e oito Deputados a maioria do PMDB assinou a nossa reivindicação em favor dos trabalhadores representantes municipais da Previdência Social, e foi endereçado ao Ministério da Previdência Social, órgão do Governo Federal. Por isso, nós queremos encaminhar o nosso voto favorável ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli, porque se interessa a Curitiba, interessa ao Paraná, se interessa ao Paraná, interessa aos representantes do Paraná que é nossa Casa.

Muito obrigado Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação o requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se (Pausa). Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Requeiro a verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e fará a verificação de votação, e o Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Antes desta Presidência determinar o número de Deputados presentes quer agradecer a presença do Vereador de Paranavaí, companheiro Genésio Creuzer, também do PMDB.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Com muito prazer queria desejar as boas vindas, e registrar a presença neste Plenário, do Vereador de Capanema, nossa terra, que é o fim do Paraná e o começo da Argentina, Vereador Marcelino Ampessan.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência também agradece a presença do nobre Vereador.

Vinte e cinco Senhores Deputados responderam à chamada. Não há quórum para deliberação, e sim prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, com apoio dos Senhores Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulino José Delazeri e Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando que a Comissão Executiva, através de projeto de Resolução, altere o vencimento dos Senhores Deputados Estaduais. A Comissão Executiva para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando informações à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa deste Estado, sobre a legislação que regulamenta os subsídios fixos e variáveis dos Deputados Estaduais. À Comissão Executiva para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de Sessão anterior, solicitamos o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, encarecendo informações sobre a participação de empreiteiras na concorrência para construção da Usina de Segredo e tomada de posição do Poder Legislativo sobre o assunto. (Retirado pelo autor).

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini, inscrito.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós ouvimos o ilustre Deputado Rafael Greca, da tribuna, dizer que o Programa de Habitação de Curitiba está praticamente suspenso, uma vez que o Dr. Sergio Ritzmann Presidente da COHAB em Curitiba foi à televisão e disse que casa agora é só para quem ganha acima de 60 mil cruzeiros.

Os programas de habitação estão, aí, sendo implantados pelo Governo, em determinadas faixas de salários. Inclusive, hoje temos o "Programa Mutirão" e o Programa de auto-construção, que é uma novidade para a maior parte da população que até então não tinha condições de ir à casa própria. Disse aqui o ilustre Deputado do PDT que o Dr. Sérgio Ritzmann estava parecendo uma capivara de tênis. Imaginem os Senhores uma capivara de tênis, que dificuldade teria ela para caminhar pelos banhados, inclusive, se o tênis for branco nós teremos aí uma dificuldade aumentada para que o mesmo não venha a se sujar pelos barros dos banhados e pelos barros dos brejos.

Agora, imaginem também os Senhores, um burro de chuteiras! Um burro de chuteiras se firmando onde quer que seja, através de um pronunciamento ou através de um gesto, teremos e veremos a sua dificuldade e nós ouvimos o deputado de Salamanca, dizer que dois outros Deputados que exercem cargo em Comissão no Governo, como Secretários, teriam duplos salários e isso não é verdade.

Ouvimos também, o ilustre Deputado do PDT dizer que o seu ex-colega da Câmara de Vereadores, Neivo Beraldin, recebe de dois cofres, o da Câmara e do Palácio Iguaçu onde exerce um cargo de sub-chefia do Gabinete Civil, o que também não é verdade.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Eu só uso de recurso da Questão de Ordem, porque eu sei que os apartes não são permitidos no Horário das Explicações Pessoais, no entanto, eu peço que seja consultada a Taquígrafia da Casa, que o Senhor Neivo Beraldin deixou o Palácio e nos faz uma visita cortês aqui e eu tenho quase certeza, que no meu pronunciamento eu falei no sentido condicional e coloquei que deveria ser discutida a condição de serviços, de subsídios, de funcionamento de gabinetes dos Deputados e Legisladores que exercem funções no Executivo.

Eu não usei a categórica afirmação de verdade ou não, eu lancei a dúvida, aí o

Deputado Domingos Scarpellini me beneficia a dúvida. Agora se Vossa Excelência responde e responde de maneira correta e cordata, não há porque a Assembléia e este humilde Deputado não aquiescerem ao vosso pronunciamento.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua com a palavra o Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu acho que então deve ter sido um desvio de rota em que o Deputado estava racionando, porque ele afirmou que o Vereador Neivo Beraldin recebe de 2 cofres, mas eu gostaria de fazer essa reavaliação. O Senhor Neivo Beraldin, nosso Vereador, colega de Partido e Secretário da Casa Civil, não recebe de 2 cofres, ele recebe apenas do Palácio, não está recebendo da Câmara de Vereadores.

Su gostaria, Senhor Presidente e Senhores Deputados de dizer que a Prefeitura Municipal de Curitiba, vem reassentando aqui em Curitiba mais de três mil famílias "sem teto" em programas de distribuição de lotes, para aqueles trabalhadores que com suas famílias estavam na periferia engrossando as favelas e as invasões de áreas particulares.

Portanto, quando o Senhor Sérgio Ritzmann foi à televisão e usou do expediente de dizer que a COHAB só vai poder construir para quem ganhar mais de sessenta mil cruzados, certamente não foi falado dos programas que são para atender a periferia, para atender a população mais empobrecida desta cidade, que são estes lotes urbanizados, os lotes de alta construção e também o programa de mutirão que a COHAB/Curitiba vem incentivando, não na Capital, mas nos Municípios da Região Metropolitana, onde é a jurisdição da COHAB.

Portanto, se nós, hoje, temos os programas de habitação acanhados, com dificuldades é em função da crise econômica que atravessa o nosso País. Mas, esta Assembléia, inclusive, irá votar dentro em breve um projeto de nossa autoria que doa à COHAB/Curitiba dois mil lotes aqui no centro de Curitiba, uma área que estava abandonada e que nós, através de um trabalho que estamos desenvolvendo na Comissão de Terras, Colonização e Reforma Agrária desta Assembléia, conseguimos levantar essa área e estamos através de um projeto de lei repassando à Prefeitura de Curitiba para que lá seja construído dois mil apartamentos para serem vendidos à população que precisa de casa para morar.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, existe uma preocupação do Governo do Estado e do Governo Municipal de

Curitiba em resolver ou pelo menos se criar programas para ir ao encontro dos interesses e da prioridade número um da população que é a moradia.

Eu gostaria de dar um aparte ao Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (Aparte) - Nobre Deputado Domingos Scarpellini: eu gostaria de pegar uma carona no pronunciamento que Vossa Excelência faz sobre a habitação popular. Vossa Excelência que é um Deputado que tem a base principal em Apucarana, tem um irmão ali que está com a sua administração muito voltada para o lado social, certamente deve estar acompanhando, como o seu irmão também, a última medida tomada pelo Ministro Prisco Viana de que, daqui para a frente, casa popular no Brasil não será mais construída por Prefeitura, nem através da COHAB. Vai ser feito um contrato direto entre a construtora e a Caixa Econômica Federal.

Tudo muito bonito, nobre Deputado, mas vem a nós homens públicos uma preocupação: uma empresa vai lá pega um financiamento da Caixa Econômica, vai edificar um conjunto de 500 moradias; Será que esta empresa, Deputado Domingos Scarpellini, ela vai ter o cuidado de fazer o asfalto naquele conjunto, de fazer a via de acesso até o conjunto habitacional que ela construiu? Será que a empresa comercial que vai levantar esse dinheiro da Caixa Econômica vai lembrar que vai precisar de uma cancha de esporte no conjunto? Vai precisar de uma escola, de um centro comunitário, de um telefone público e de tantas outras benfeitorias? Ou eles vão ficar com o lucro e os Prefeitos ficarão com os grandes encargos, porque eles vão lá fazer um conjunto habitacional e a população aquinhoada com a moradia naquele conjunto vai pegar no pé do Prefeito, porque vai querer todas as obras complementares.

Então, a nossa preocupação, Deputado Domingos Scarpellini, é que esta medida tomada pelo Ministro Prisco Viana seja talvez um desfecho até da briga dele como o Governador da Bahia, Valdir Pires, e ele não querendo prestigiar diretamente o Governador da Bahia, tomou esta medida e vai prejudicar o resto do Brasil.

Eu quero apenas agradecer pelo privilégio do aparte a Vossa Excelência, cumprimentá-lo pela sua atuação parlamentar e por esta sua preocupação com aqueles que ainda não tem casa.

O Sr. Rafael Greca de Macedo - Deputado Domingos Scarpellini, também permite-me um aparte. (Assentimento). Só para lembrar que existe uma resolução do Banco Central, a Resolução nº 1469, do dia 21 de



março de 1988 e esta resolução suspendeu as contrações de empréstimos para habitação popular e de qualquer natureza para os Governos Municipais, Estaduais, dos Territórios e das Autarquias.

Eu aconselho que Vossa Excelência ligue para o Senhor Teobaldo Machado, Cidadão Benemérito do Paraná, e pergunte para ele que exerce elevada diretoria na Caixa Econômica Federal, se existe algum dinheiro para habitação popular hoje disponível.

Ele vai lhe responder que dinheiro tem, mas que o Ministro quer deixar o dinheiro na Caixa Econômica Federal.

Fecho que dizer mais uma outra coisa: o Prefeito Roberto Requião, tem dito que isto é uma retalhação do Senhor José Sarney contra ele, porque ele, Roberto Requião, não é pelo José Sarney, embora o Governador Álvaro Dias seja José Sarney, quem é Sarney é Álvaro, quem é Álvaro é Sarney, mas Requião não é Sarney, daí a Cidade não entendeu nada, mas o Prefeito Roberto Requião tem dito que isto é uma retalhação contra ele.

É discurso fraco, é discurso sem verdade pelo seguinte: a Resolução do Banco Central é para todos os Municípios da República, não é uma resolução do Banco Central especial para vítima profissional, Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Essa Resolução foi praticamente uma imposição do Fundo Monetário Internacional ao nosso Governo. E o governo criou esse expediente para corrigir algumas distorções e eu acredito que com a pressão que está sendo formulada pelos governadores e pelos prefeitos de todo o Brasil, o Ministro Prisco Viana, terá que ir ao Presidente da República e colocá-lo a par desta situação. Ou então o ministro certamente ministrará mais, porque foi anunciado a construção de 500 mil unidades para a população de baixa renda e quando os programas começaram a deslanchar, vem este corte e praticamente inviabiliza os programas que as prefeituras, e as COHABs vinham desenvolvendo em todo território nacional.

O que temos ouvido é o grito do povo pela casa para morar, o que temos ouvido é o grito dos prefeitos, dos vereadores, daqueles que realmente estão comprometidos com as causas populares de que a COHAPAR no Paraná precisa retomar a sua posição no sentido de viabilizar os programas. Agora, nós sabemos que todos estão preocupados e trabalhando no sentido de reafirmar aquele programa anterior. E neste sentido o Doutor Odeni Mongruel - Secretário de Estado da Habitação do Paraná, esteve em Brasília semana passada, o Governador foi ao Presi-

dente da República e os Governadores têm pressionado no sentido de que sejam viabilizados os programas através do Ministério de Habitação e da Caixa Econômica Federal. Acreditamos que isto se torne uma realidade para que novamente possa renascer a esperança naqueles que estavam na esperança dos programas convencionais; porque os programas idênticos ao que a Prefeitura de Curitiba vem realizando, são os municípios no Paraná e no Brasil, que têm esse tipo de programa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 125/87, 148/87, 365/87.

Marca ainda, uma sessão Extraordinária, para logo após com a seguinte

#### ORDEM DO DIA,

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 01/88, 56/88 e do Projeto de Resolução n.º 39/88.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO PEDRO TONELLI, EM SESSÃO DO DIA 20 DE ABRIL DE 1988.

#### "SENTADOS NO BAILE"

Renato Schaitza

O bisavô de Matusalém já recomendava:

- Baixinho, nunca assine uma folha de papel em branco.

Não por falta de recomendação que essas coisas não se aprendem. Agora mesmo, a nossa Assembléia Legislativa, onde está uma porção de homens sabidos, assina em branco para que o governador resolva sozinho a questão da remuneração dos servidores.

Quem transfere atribuições, desiste de direitos. Perde poder, rasga prestígio.

O conceito dos políticos está assim tipo pau de poleiro. Não para o colunista, que acha todos os políticos maravilhosos, porque não se maldiz as ferramentas das quais ganhamos o pão. Quem desmerece aos políticos é a opinião pública.

Sem muito esforço, descobriu que paga um montão de dinheiro para ser representada, o dinheiro no bolso sobe à cabeça, e

cérebro endinheirado pensa muito pouco.

Ninguém elegeu ninguém para delegar poderes. A decisão sobre os assuntos de interesse público deve ser compartilhada. No caso dos funcionários públicos, cabia à Assembléia inteirar-se minuciosamente de como vão as finanças, envolver-se no problema de caixa do Estado, e depois amparar uma decisão da administração.

Os Deputados estão no baile, mas não querem dançar. Fogem de compartilhar de uma medida antipática, que é a redução do poder de compra dos funcionários que ganham menos mal. Gostam e gozam dos desfrutes do cargo, mas não querem assumir as suas responsabilidades.

"A Assembléia não tem poder para nada". Essa constatação também não é do colunista, mas do Deputado Paulino José Delazeri, um suplente que assumiu querendo ser alguma coisa. Foi rechaçado pelo colegiado: em canteiro de alfaces, couve leva foice.

Não só a Assembléia não pode nada, como nem está merecendo respeito. Por força constitucional, os seus pedidos de informações devem ser respondidos pelo Executivo, sob pena de autoridade omissa ser enquadrada em crime de responsabilidade.

Teoricamente (no Brasil a lei é sempre uma teoria, no mais das vezes improvável), a Assembléia pode derrubar um governador que não responda aos seus pedidos de informações.

O Deputado Basílio Zarusso, como Líder do PFL, apresentou um pedido de informações. Em 35 quesitos, questionava os gastos da administração José Richa/João Elísio com propaganda e publicidade. Foi de uma minuciosidade impressionante, cercou a galinha de todos os lados. Deveriam ser esclarecidos os gastos de qualquer natureza, como se pagou, quem recebeu, quais as empresas intermediárias, o que foi pago com recursos orçamentários e quanto investiram as empresas públicas.

Muito além do prazo legal, recebeu um ofício lacônico. Das 35 perguntas, só uma foi respondida. Isso apesar de a Assembléia ter encampado, como corporação e Poder, as questões levantadas.

Desculpava-se a resposta que os dados

não seriam esclarecidos, "face à precariedade dos controles existentes durante o período solicitado".

Apurem os seus ouvidos: como é mesmo? Diz essa resposta que havia dinheiros públicos girando com "precariedade de controles".

Não há uma contabilidade formalizada de quanto Richa/João Elísio gastaram com divulgação e publicidade. E fica tudo por isso mesmo? Acha a Deputado, a opinião pública deve pensar igual, que o caso merece uma auditoria. Dinheiro público não é moinho para girar no vento.

Foi lembrado que são compromissos deste governo a austeridade e a transparência. Uma boa lembrança. Mas nem assim forneceram-se as informações, fica tudo por isto mesmo, o Deputado e a Assembléia que cumpram seu único, maior e indelegável direito. Espernear em paz, de forma pacífica, de preferência em absoluto silêncio.

Nunca a história poderá registrar quanto um período de grande prodigalidade autopromocional gastou.

Não esqueçamos a outra lição do bisavô de Matusalém:

- Filhote, quando o jarro é escondido, alguém meteu a mão.

Uma força maior para a Assembléia será possível na nova Constituição do Estado. Os representantes do povo não têm meios, hoje, de se informar corretamente. Nem de checar se informações fornecidas são corretas. O que a futura Constituição poderá explicitar, e regulamentar melhor, é o entrosamento entre o Legislativo e o Tribunal de Contas. Consta, hoje que o TC seria um organismo auxiliar ao dever fiscalizatório do Legislativo. Como diz a música faz-me rir.

A outra forma de exercício da função fiscalizadora seria a Comissão Parlamentar de Inquérito. Já fui intimado a depor numa delas (da Corrupção) por fazer a afirmação que adiante repito. Uma CPI é o melhor caminho que se pode escolher para que um assunto jamais seja apurado.

Os Legislativos devem repensar sua imagem. Delegar e delegado são palavras que hoje não estão soando bem.